

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**A CRIANÇA E AS RELAÇÕES PARENTAIS NO
CONTEXTO DA SEPARAÇÃO CONJUGAL: UM
ESTUDO DE CASO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Caroline de Abreu Prola Fritsch

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

A CRIANÇA E AS RELAÇÕES PARENTAIS NO CONTEXTO DA SEPARAÇÃO CONJUGAL: UM ESTUDO DE CASO

Caroline de Abreu Prola Fritsch

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP, Ênfase em Psicologia da Saúde, Área de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Rubin Rossato Pereira
Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a Aline Cardoso Siqueira

Santa Maria, RS, Brasil
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

de Abreu Prola Fritsch, Caroline
A CRIANÇA E AS RELAÇÕES PARENTAIS NO CONTEXTO DA
SEPARAÇÃO CONJUGAL: UM ESTUDO DE CASO / Caroline de
Abreu Prola Fritsch.-2016.

80 p.; 30cm

Orientadora: Caroline Rubin Rossato Pereira
Coorientadora: Aline Cardoso Siqueira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2016

1. Criança 2. Separação Conjugal 3. Relações Parentais
I. Rubin Rossato Pereira, Caroline II. Cardoso Siqueira,
Aline III. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**A CRIANÇA E AS RELAÇÕES PARENTAIS NO CONTEXTO
DA SEPARAÇÃO CONJUGAL: UM ESTUDO DE CASO**

Elaborada por
Caroline de Abreu Prola Fritsch

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caroline Rubin Rossato Pereira, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Camila Peixoto Farias, Dra. (UFSM)

Luciane Najjar Smeha, Dra. (UNIFRA)

Santa Maria, 29 de abril de 2016.

Dedico este trabalho ao meu Carlo, filho amado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Gabriel que vivenciou essa jornada do mestrado junto comigo, compartilhou dos meus sonhos e me auxiliou para que eu os tornasse realidade.

Ao meu pequeno, meu mimoso filho Carlo, simplesmente obrigada! Obrigada pelos beijos e abraços enquanto estava me dedicando à escrita. Tenha certeza que cada sorriso teu me impulsiona sempre para frente.

À minha mãe Carmen e minha madrinha Vera, chegamos em mais uma etapa juntas! Obrigada por estarem sempre comigo, me auxiliando, facilitando os meus dias e por estarem sempre ao lado do Carlo. Obrigada ainda a todos que brincaram, que dedicaram atenção à ele neste período. Agradeço ainda ao meu irmão Gustavo e à minha cunhada Karine pelo auxílio ao pequeno nestes momentos.

Obrigada à todos meus familiares que torceram e que acreditaram em mim.

À minha professora Caroline. Obrigada por me acolher no Programa, por me guiar neste mundo acadêmico, por me permitir caminhar e me arriscar em percursos ainda desconhecidos, que era o mundo da pesquisa. Obrigada por estar ao meu lado, por ter me proporcionado orientação e também a sua amizade.

À professora Aline, que me recebeu e dedicou carinho e atenção na co-orientação do meu trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, em especial o Juliano e a Tatiane. Obrigada meus queridos pelos momentos de construção de conhecimento e pela amizade. Com vocês este percurso ficou mais leve.

E obrigada à Deus que me permitiu chegar até aqui.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria
A CRIANÇA E AS RELAÇÕES PARENTAIS NO CONTEXTO DA SEPARAÇÃO
CONJUGAL: UM ESTUDO DE CASO
AUTORA: CAROLINE DE ABREU PROLA FRITSCH
ORIENTADORA: CAROLINE RUBIN ROSSATO PEREIRA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 29 de abril de 2016.

O presente estudo objetivou investigar a compreensão e as fantasias das crianças acerca da separação conjugal de seus pais, contextualizando-as nas relações parentais estabelecidas. Para tanto, realizou-se um estudo exploratório qualitativo composto por um estudo de casos múltiplos com três famílias de crianças com seis anos, cujos pais estavam separados conjugalmente há no máximo dois anos, no momento da pesquisa. Para o levantamento de dados com as crianças, foram utilizados os seguintes instrumentos projetivos: Teste das Fábulas – versão pictórica e o procedimento de Desenhos de Família com Estórias. Os pais foram acessados individualmente para uma Entrevista de Dados Sociodemográficos e uma Entrevista sobre a Separação Conjugal e os Filhos. A referência central na análise dos dados foi a análise de conteúdo. Com base nos dados, foi possível perceber diferenças na percepção das crianças a respeito dos significados que as relações parentais assumiram no contexto do pós-divórcio. Para dois dos participantes, aos pais foi destinada uma posição caracterizada pela afetividade, ao passo que para três deles a figura das mães ocupava uma posição de conflito. De modo singular, neste estudo, para uma criança a figura materna foi compreendida pelos filhos como continente, ocupando o lugar do cuidado. Com relação às fantasias das crianças no contexto pós-divórcio de seus pais, foram predominantes a fantasia de agressão deslocada para o ambiente e a fantasia de agregação familiar. Foram presentes também as fantasias de abandono e de morte, sinalizando o impacto da separação conjugal para os filhos. Entende-se que as possíveis repercussões para a criança da separação dos pais podem se manifestar através de desorganizações emocionais, no entanto a qualidade do apego entre as figuras parentais e as crianças atua como mediadora no momento de grandes mudanças, que se constitui a separação, caracterizando a desorganização emocional da criança como transitória ou esperada para o momento de crise que a família vivenciou. Desta forma, ressalta-se a necessidade de realizar uma escuta da criança no processo de separação dos pais, viabilizando um espaço para vazão de angústias, dúvidas e fantasias. Uma vez que mesmo com o envolvimento, afeto e preocupação dos pais o evento da separação conjugal pode gerar medo e ansiedade na criança, pois ela se encontra em uma posição passiva sobre os eventos posteriores à decisão de separação.

Palavras-chave: Crianças. Separação conjugal. Pais. Fantasias.

ABSTRACT

Master Thesis
Postgraduate Program in Psychology
Federal University of Santa Maria
CHILD AND PARENTAL RELATIONSHIPS IN THE MARITAL SEPARATION
CONTEXT: A CASE STUDY
AUTHOR: CAROLINE DE ABREU PROLA FRITSCH
ADVISOR: CAROLINE RUBIN ROSSATO PEREIRA
Date and Place of Defense: Santa Maria, April 29th, 2016.

This present study aimed to investigate the comprehension and the fantasies of children related to the marital separation from their parents, contextualizing them with the established parental relationship. Therefore, a qualitative exploratory study was taken, the research was done by a study of multiple cases with three families having children of six years old, and whose parents have been divorced for not longer than two years, at the moment of this research. In order to collect the data with the children, the following projective tests were used: Fables Test – pictorial version and the procedure of Family Cartoons with Stories. The parents were individually interviewed for a Sociodemographic Data Interview and Interview about Marital Separation and Children. The main reference while examining the data was the content analysis. Based on the data received, it was possible to perceive differences on the perception of the children towards the meaning that parental relationships took on the post-divorce context. Two participants stated that parents were destined a position characterized by affection, whilst three of them said the mother had a conflictive position. In such way, on this study, on the eyes of the child the mother figure was understood by the children as source of safety, replacing the care. Related to the fantasies of the children on their parents post-divorce scenario, the fantasy of aggression dislocated to the environment prevailed and the fantasy of family aggression as well. There could be also pointed the fantasies of abandonment and death, showing the impact of the children in relation to the marital separation. It could be comprehended that the possible consequences for the children who had its parents separated are shown through emotional disorder, yet, the quality of the affection among the parents figure and the children acts as a mediator when great changes are faced, in the case of a separation, characterizing the emotional disorder of the children as temporary or expected to the moment of crisis the family experienced. In this way, it is emphasized the need of listening to the children on the marital separation process, enabling a space for distress, doubts and fantasies to be freely expressed. Even though there is connection, affection, and concern from the parents the marital separation occurrence can make the children feel fear and anxiety, since they are found in a situation passive over happenings prior to the decision of separation.

Key-words: Children, Marital Separation. Parents. Fantasies.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2. REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1 Separação conjugal e família.....	11
2.2 Filhos e a separação conjugal	17
2.3 A criança e o contexto de separação dos pais.....	21
3. OBJETIVOS	23
3.1 Objetivo geral.....	23
3.2 Objetivos específicos.....	23
4. MÉTODO	24
4.1 Delineamento.....	24
4.2 Participantes.....	25
4.3 Instrumentos.....	26
4.4 Procedimentos e considerações éticas.....	29
4.5 Análise dos dados.....	30
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	32
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
8. REFERÊNCIAS	65
9. ANEXOS	70
9.1 ANEXO A.....	70
10. APÊNDICES	74
Apêndice A.....	74
Apêndice B.....	75
Apêndice C.....	76
Apêndice D.....	78
Apêndice E.....	80

1. INTRODUÇÃO

A instituição da Lei do Divórcio em 1977, no Brasil, regulamentou a dissolução da sociedade conjugal e do casamento, e a partir dessa, iniciaram-se as estatísticas sobre o número de divórcios no país (BRANDÃO, 2004; SHABBEL, 2005). Logo, o advento das separações conjugais culminou em um aumento no número de crianças e adolescentes que vivenciaram a separação de seus pais¹. No período das décadas de 1970 e 1980, os pesquisadores começaram a direcionar o olhar para essas crianças e adolescentes, uma vez que buscavam compreender as possíveis consequências do divórcio no desenvolvimento emocional dos filhos (WAGNER, 2002). Com o passar do tempo, foi possível compreender que mesmo diante das desavenças e da ruptura de alguns vínculos que a família enfrenta, há uma tendência a se sobressair a capacidade humana de superar situações adversas ao longo da vida e restabelecer o equilíbrio. A partir desta capacidade, as famílias no pós-divórcio estabelecem novos arranjos familiares, diferentes do modelo dito intacto, reconstruindo vínculos essenciais e contrariando o prognóstico do fim da família.

O momento de reformulação que a instituição família está vivenciando inclui como característica o aumento do número de famílias que vivenciaram a separação conjugal. No entanto, este momento não pode ser compreendido como uma dissolução ou fim, mas como um período que pode promover a reestruturação de papéis e readaptação, como outros momentos do ciclo evolutivo vital que a família vivencia ao longo de sua existência (GRZYBOWSKI 2002; WAGNER, 2002). Logo, a partir do divórcio, segundo Peck e Manocherian (2001), a família segue seu curso de outra forma. Inclui-se neste formato o exercício do ser pai e do ser mãe na ótica do pós-divórcio, que pode ser considerado uma demanda complexa, pois se dissocia o papel conjugal da necessidade de manter os cuidados parentais (CARTER; MCGOLDRICK, 2001; FÉREZ-CARNEIRO, 2003).

No que se refere à idade das crianças envolvidas na separação conjugal de seus pais, esta pesquisa teve como foco crianças com idade entre quatro e seis anos. A esse respeito, Peck e Manocherian (2001) apontaram que os bebês seriam menos afetados pelo divórcio do que crianças em idade pré-escolar e escolar. Segundo as autoras, pode-se dizer que as crianças muito pequenas não têm lembranças da vida anterior ao divórcio dos seus pais, logo, é possível que se ajustem melhor, com o passar do tempo, do que as crianças mais velhas. Estas, devido à evolução de suas capacidades cognitivas e socioafetivas, lembram-se da família que existia e podem considerar o divórcio como o evento central da sua infância. As

¹ Será utilizado o termo “pais” para referenciar as figuras do pai e da mãe

crianças mais velhas percebem mais claramente as mudanças, as alterações na rotina e a descontinuidade da presença dos cuidadores. É possível dizer, então, que as crianças na segunda infância que vivenciam o divórcio de seus pais podem apresentar maior necessidade de atenção do que as crianças menores, conforme as características específicas desta fase do desenvolvimento infantil.

Com relação às crianças na segunda infância, Brazelton e Sparrow (2003) indicaram que nessa etapa começam a se vincular aos amigos e à escola, afastando-se da casa e dos pais. O desenvolvimento dessas crianças ainda é permeado pelo mundo da fantasia, porém, com mais conhecimento da realidade e início do senso moral. Logo, são crianças vulneráveis aos sentimentos de culpa e confusão quando experienciam momentos como uma separação conjugal de seus pais. Nesse contexto, diversos autores (MCINTOSH; BURKE; DOUR; GRIDLEY, 2009; MCINTOSH; CHISHOLM, 2008; SMYTH, 2004) apontam a necessidade de cautela nos momentos posteriores à separação, considerando o impacto de todos os fatores relevantes e a capacidade psicológica de cada um dos ex-cônjuges para manter um ambiente de cuidado que venha a subsidiar as necessidades de desenvolvimento do núcleo da criança.

Destaca-se ainda, conforme Lago, Freitas e Bandeira (2009), que a separação conjugal não deve ser entendida como fator determinante de fracassos no desenvolvimento futuro das crianças. O que deve ser levado em consideração nas separações conjugais envolvendo crianças, dentre outros fatores, são as situações entre os cônjuges que precedem o momento da separação em si, como a qualidade da relação conjugal e parental e a capacidade comunicativa dos ex-cônjuges na posição de pais. O cuidado mediante o manejo dos conflitos conjugais pode assegurar que as crianças sintam-se seguras e não se envolvam em fantasias permeadas por culpas e dúvidas. Além disso, eventuais alterações no desenvolvimento dessas crianças não devem ser entendidas como, necessariamente, uma questão psicopatológica, e sim a representação de uma possível adaptação a um momento de crise.

A fim de aprofundar a discussão acerca da temática da criança e as relações parentais no contexto da separação conjugal, passa-se a apresentar a revisão da literatura. O primeiro tópico contempla a perspectiva histórica e contemporânea da separação conjugal e da família. O tópico seguinte aborda a separação conjugal e os filhos, indicando os aspectos envolvidos neste sistema, as demandas a partir da separação conjugal e, ainda, as possíveis implicações para o desenvolvimento da criança. Por fim, aborda-se a criança e a separação conjugal, tópico no qual há um olhar dirigido para a fase do desenvolvimento dos participantes do

estudo (4-6 anos), as características da criança nesse período e a forma com que se relaciona com o mundo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Separação conjugal e família

Especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, a família e as transformações pelas quais tem passado vêm sendo ponto de debates e reflexões, tanto no contexto científico quanto entre o público leigo. As metamorfoses sofridas pela família ao longo da história fazem com que, na atualidade, o novo e o velho estejam implicados nas experiências de um sujeito ou de uma família (PASSOS, 2001). No mesmo sentido, Wagner, Tronco e Armani (2011) assinalaram que a coexistência de configurações e estruturas familiares diversas tem ampliado não somente o conceito de família, mas também tem implicações para a sociedade de modo geral, promovendo a necessidade de aceitar e conviver com o diferente. Dessa forma, as mudanças que acontecem na estrutura e configuração familiar estão diretamente associadas com a evolução da sociedade e vice-versa.

No que diz respeito à legislação brasileira, Brandão (2004) explicou que as modificações das configurações familiares e as mudanças sociais foram acompanhadas por mudanças também no legislativo. Inicialmente, a legislação sobre o casamento no Brasil não correspondia à realidade da população, uma vez que reconhecia o casamento apenas aos que pertenciam à religião católica. Após a proclamação da República, aconteceu então o rompimento do vínculo da Igreja com o Estado e, através do Código Civil de 1916, estabeleceu-se a definição de família como a união legalmente constituída por meio do casamento civil. Logo, a família, por definição, passou a ser legalizada pelo Estado e composta por pai, mãe, filhos e, secundariamente, por outros membros com vínculos consanguíneos ou de dependência. Essa família caracterizava-se por um modelo hierárquico em que o homem representava o chefe.

Com relação à separação conjugal, o Código de 1916 predizia apenas a separação de corpos mediante justa causa, caracterizado como desquite do casal, reforçando a indissolubilidade do matrimônio. Em 1977, foi promulgada a Lei 6515, reconhecida como a Lei do Divórcio, que finalmente legitimou a dissolução do laço conjugal e do casamento, abolindo o termo “desquite”. A Lei do Divórcio restringia a viabilidade de um divórcio por

cidadão. Após a promulgação da Lei do Divórcio, a Constituição Federal de 1988 colaborou significativamente para as mudanças no cerne dos direitos e deveres familiares, definindo que o casamento não se apresentava mais como a única via de constituição de família. Logo, o conceito de família estendeu-se, uma vez que a legislação reconheceu a diversidade de uniões no cenário brasileiro (BRANDÃO, 2004).

Ao contrário do que alguns cientistas sociais previam ao final do século XX, em vez de se deteriorar ou enfraquecer, a família com sua capacidade adaptativa vem se transformando, modificando, mas não deixando de cumprir as funções esperadas de proteção, transmissão de valores simbólicos e morais, segurança e zelo com a saúde, dentre outras (CERVENY; BERTHOUD, 2009). Então, as famílias continuam presentes, enfrentando os desafios e tarefas pertinentes a cada fase do ciclo vital, ou seja, continuam a enfrentar várias demandas ao longo do seu curso de vida e a buscar seus recursos e formas de resolução das adversidades em suas redes pessoais e sociais.

Os fenômenos e a complexidade dos elementos presentes na família podem ser compreendidos através do ciclo vital familiar. Cerveney e Berthoud (2009) argumentaram que o ciclo compreende as várias etapas pelas quais as famílias passam ao longo de sua existência. Os critérios que definem essas etapas podem ser a idade (dos pais e filhos), o tempo de união e a entrada ou saída de membros. Ressaltam ainda que existem diferentes ângulos sob os quais se define a instituição família. Nesse sentido, o conceito de ciclo vital familiar possibilita simultaneamente uma visão panorâmica e focal, não se propondo como um conceito rígido, mas, ao contrário, concebendo sobreposições e reconstituições.

Dentre as demandas e desafios presentes ao longo do ciclo vital da família, o divórcio vem se constituindo como uma realidade crescente nas sociedades ocidentais. Conforme Marcondes (2009), no Brasil, desde meados de 1980, a taxa bruta de nupcialidade decresce e as de divórcio e separação conjugal se elevam. Um levantamento realizado no ano de 2006 revela que na realidade brasileira foram 212,6 separações a cada 1.000 casamentos e grande parte desses processos de divórcios realizados por ano envolve casais que possuem filhos. Nesse mesmo ano, 68,9% dos casos de divórcio no Brasil eram de casais com ao menos um filho, em sua maioria menores de idade (em torno de 46%).

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2011, foi registrado o maior número de separações judiciais da história do país, cerca de 1,8 divórcios para cada mil habitantes. Em relação a 2010, o aumento foi de 46% (IBGE, 2011). Tal crescimento estaria ligado ao fato de ter entrado em vigor, ainda no ano de 2010, a nova

lei do divórcio, garantindo maior rapidez, eficiência e menos burocracia para o processo (PEREIRA, 2010).

Ao falar de separação conjugal e divórcio, é necessário compreender as etapas anteriores do ciclo de vida familiar, incluindo a união do casal no casamento. A esse respeito, Krüger (2009) afirmou que em um casamento, os parceiros comprometem-se em uma história comum, em que cada um assume papel fundamental na vida do outro. Destaca-se, ainda, que o casamento não se restringe ao vínculo de duas pessoas, uma vez que influencia e é influenciado por todos os sistemas interpessoais que se estabelecem a partir desse encontro e que constituem a rede relacional que essas pessoas terão convivência desde o momento da união.

No contexto do casamento, a satisfação dos cônjuges estará relacionada não apenas à qualidade da relação estabelecida entre eles, mas também à compatibilidade de suas expectativas frente ao casamento. Além disso, será necessário encontrar um equilíbrio entre a individualidade de cada um dos envolvidos e a conjugalidade compartilhada. Quando cada parceiro tem suas necessidades internas acolhidas no mundo do casal, é possível, através das diferenças individuais, fortalecer o casamento, bem como o crescimento individual dos cônjuges. No entanto, podem ocorrer momentos em que diminuem ou extinguem-se as possibilidades de compartilhar os desejos e expectativas de um em relação ao outro, e assim, pode ser que se viva a crise da conjugalidade, que pode ocasionar o divórcio (KRÜGER, 2009).

Segundo Féres-Carneiro (2003), o divórcio ou a dissolução da conjugalidade pode ser compreendida como o momento em que os padrões que sustentavam a relação são modificados de tal forma que a relação não pode ser mais definida pelos cônjuges, ou pelo menos por um deles, como uma relação conjugal. A ruptura conjugal compreende, além dos aspectos envolvendo o casal, os aspectos individuais, familiares e das redes sociais. Portanto, a alteração de um estado em que os indivíduos se identificam como cônjuges, para um estado no qual não mais se definem assim, vai reverberar na vida de todos os envolvidos na vida conjugal.

De acordo com Féres-Carneiro (2003), a separação conjugal não desqualifica o casamento. Em sua perspectiva, os cônjuges se divorciam por valorizarem o casamento e não aceitarem que a relação conjugal não corresponda às suas expectativas, refletindo assim, certa exigência em relação à satisfação conjugal. A autora refere ainda que, apesar do número

expressivo de separações, este continua sendo um processo muito sofrido e doloroso para todos os envolvidos.

A esse respeito, Souza e Ramires (2006) defendem que a separação conjugal é mais bem compreendida a partir de uma perspectiva de crise, que precisa ser vista como uma situação de ruptura e de procura por novas respostas, podendo ser acompanhada de sofrimento. Mesmo que a separação conjugal não acarrete efeitos de longo prazo, não se pode subestimar o grau de tensão e sofrimento envolvidos. Soma-se a isso a situação de que a separação nem sempre vai reduzir o conflito conjugal que, muitas vezes, aparece reeditado na definição da guarda, da pensão e das visitas aos filhos, podendo envolver todos os membros do sistema familiar.

De acordo com Carter e McGoldrick (2001), considerando a realidade norte-americana, em que aproximadamente 50% dos casamentos terminam em divórcio, este poderia ser pensado como uma das fases esperadas no ciclo vital da família. Em contrapartida, apesar do elevado número de divórcios, é possível que os cônjuges não se encontrem preparados para os impactos físicos e emocionais que a decisão do divórcio produz em suas vidas, na dos filhos e da família. As tarefas do curso do ciclo vital da família são alteradas pelo processo de divórcio, atingidas pelos resíduos e efeitos do divórcio.

Usandivaras (1996) referenciou que as famílias que vivenciam o divórcio passam por etapas do ciclo de vida familiar diferentes das famílias ditas intactas. Nesse ciclo de vida, as etapas podem ser perpassadas por momentos de crises, transitando entre uma e outra, sendo esta desorganização necessária para que ocorram as transformações e novas estruturações. Ao longo das etapas do divórcio, o sistema familiar precisa passar por uma importante reorganização e desempenhar tarefas difíceis, perante as quais a família pode ou não ter êxito.

Faz-se importante discorrer sobre as etapas que compõem o processo de divórcio, descritas por Usandivaras (1996). Inicia-se pela etapa de pré-ruptura, que ocorre antes do divórcio e pode significar o final de um estado crônico da conjugalidade que se desestabiliza. A característica desta etapa é que os cônjuges comecem a ver o divórcio como uma alternativa e, em seguida, quebra-se o equilíbrio conjugal, decidindo-se pelo divórcio. É comum nessa fase os casais realizarem esforços com a finalidade de evitar a separação, tendo em vista a representação de fracasso que esta pode significar e, em maior amplitude, o desequilíbrio que acarreta ao sistema familiar. Em sequência dessa fase, o casal vivencia a etapa de ruptura, que sinaliza o momento da aceitação por parte do casal de que não conseguiram superar ou resolver as tensões conjugais, impedindo a continuidade da relação. A principal tarefa dessa

fase refere-se à aceitação da inevitabilidade do divórcio, bem como o reconhecimento de sua própria responsabilidade e participação no fracasso do casamento. Assim, uma das dificuldades nessa etapa pode ser a não aceitação do divórcio por uma das partes do casal. Elaborar emocionalmente as tarefas anteriormente citadas auxilia na constituição do divórcio emocional, importante para manter um vínculo positivo mínimo, indispensável para a coparentalidade.

Em seguida, acontece a etapa em que a família apresenta característica monoparental, ou seja, os filhos habitam a casa com um dos pais. Nesse período, pode ocorrer um acentuado apego do progenitor que está com a guarda aos filhos, ou pode ainda acontecer o oposto, a abdicacção geral das funções parentais. A permanência nessa etapa pode restringir a possibilidade do genitor com a guarda se relacionar com outra pessoa e seguir para as etapas de namoro e recasamento, gerando também consequências no desenvolvimento e relacionamento dos filhos. Posteriormente, algumas famílias irão vivenciar o momento característico de família reconstruída estabilizada ou recasada. Espera-se que ao conseguir elaborar as etapas anteriores, a família atinja um estágio em que novas regras familiares são acordadas e encontram funcionalidade na dinâmica, que se constitui como uma estrutura clara, com hierarquias consistentes. Por fim, espera-se que a família atinja o momento em que ocorre o divórcio emocional definitivo, quando os filhos atingem a idade adulta e não dependem da coparentalidade de seus pais. Nesse momento, o casal parental simbólico deixa finalmente de existir (USANDIVARAS, 1996).

Além das questões referentes à estrutura familiar, Mencarini, Meroni e Pronzato (2012) apontaram que para a compreensão do divórcio, deve-se levar em consideração a cultura local e o modo como as famílias incorporam o divórcio na sua realidade. Os autores realizaram um estudo empírico longitudinal com famílias de países do continente europeu e destacaram aspectos das culturas que intervêm na compreensão do divórcio. Cita-se aqui a sociedade francesa, na qual o divórcio encontra-se como uma realidade amplamente difundida, enquanto que na Itália, apenas recentemente o divórcio tem sido propagado socialmente. Na Geórgia, a ruptura familiar não é de todo generalizada, como acontece nos países comunistas da Hungria, Bulgária e Rússia, onde o divórcio tem sido considerado mais comum e, portanto, socialmente aceito. Esses aspectos terão diferentes influências nas famílias que vivenciam o divórcio.

Ao discutir a noção de separação conjugal, torna-se importante considerar o vínculo estabelecido nesse contexto (CIGOLI, 2002). O vínculo refere-se a diversas áreas de relações

internalizadas, incluindo as relações sociais, as relações de amizade, as relações familiares e a relação conjugal. Embora cada área dessas possua relativa autonomia, o vínculo de cada uma possui implicações nas demais. Portanto, pensar a dimensão da ameaça de um vínculo com relação a cada uma das áreas consideradas, permite concluir que a reorganização dos vínculos pode ocasionar desequilíbrios nas relações e sentimentos das pessoas envolvidas. Pessoa, entendida nessa perspectiva como ser que se relaciona, vive através dos seus vínculos e existe na relação com o outro.

Assim, segundo Cigoli (2002), o divórcio se constitui simultaneamente em um processo intrapsíquico, conjugal, familiar e social. Uma vez enfrentado e manejado, o divórcio pode ser viabilizador de novos espaços afetivos, transformações pessoais, reestruturações e modificações na maneira de se relacionar. Do ponto de vista das teorias dos vínculos, nomear o divórcio como uma crise previsível no ciclo de vida da família, constitui-se em uma visão reducionista e enganosa. Essa visão pode ser entendida como uma defesa da percepção do significado que o divórcio pode representar para uma pessoa, para a família, bem como os impactos nas diferentes áreas.

Em consonância com a evolução da compreensão acerca do divórcio e de todos envolvidos neste sistema, foi sancionada a Lei 11.698/08 que incluiu no Código Civil a opção pela guarda compartilhada de filhos de casais divorciados, de uniões estáveis ou de relações individuais. A jurisprudência esteve deferindo a guarda compartilhada, mas apenas quando era requerida. Apesar da Lei n. 11.698, de 2008, possibilitar e sugerir preferência pela escolha da guarda compartilhada às famílias separadas, foi somente em dezembro de 2014 que foi decretada a Lei 13.058, a qual instituiu a guarda compartilhada como o regime de guarda no Brasil. Segundo a nova lei, guarda compartilhada se define como aquela na qual o tempo de convívio com os filhos fica dividido de forma equilibrada entre a mãe e o pai, sempre tendo em vista as condições e os interesses dos filhos.

Ao se considerar o divórcio nos casos em que há filhos, de acordo com Schabbel (2005), embora o divórcio refira-se à legalização do estado de discórdia do casal, pode gerar um clima de disputa que perpassa a todos os membros da família. Além disso, novas estruturas domésticas de relacionamento entre pais e filhos precisarão ser estabelecidas. Para os filhos, o divórcio dos seus pais pode gerar uma ideia de mistério, que precisa ser dissolvida com clareza e objetividade. Assim, o divórcio constitui-se como marco legal que provoca em todos integrantes da família, em especial aos pais e filhos, sentimentos que promovem a

desestabilidade pessoal e inúmeras mudanças na dinâmica e na rotina familiar (BRITO, 2014; SCHABBEL, 2005).

Do mesmo modo, Krüger (2009) refere que, em uma situação de divórcio, os pais podem apresentar-se imbuídos de sofrimento, o que pode gerar certa imobilização diante das necessidades de seus filhos, envolvendo-os no conflito conjugal e, por conseguinte, descuidando-se das funções parentais. Ou seja, o sentimento de fracasso mediante o projeto de vida conjugal pode invadir as funções parentais impedindo que os ex-cônjuges atendam adequadamente seus filhos, imobilizando-se na dor e tornando-se impossibilitados de acessar os recursos necessários para a superação da crise. Portanto, faz-se importante considerar os filhos no contexto da separação conjugal, compreendendo as implicações para estes, as reorganizações necessárias, suas vivências particulares a fim de subsidiar o entendimento da compreensão e das fantasias das crianças envolvidas.

2.2 Filhos e a separação conjugal

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança refere-se a um instrumento jurídico aprovado no Brasil pelo Congresso Nacional e promulgado em 1989. A Convenção determina, no artigo 9, o direito da criança de ser educada por seus pais, com exceção de situações em que, para o seu melhor interesse, seja necessária a separação. Em consonância com esta perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente ordena o direito de a criança e o adolescente serem criados e educados no seio da família (art.19) (BRANDÃO, 2004).

No entanto, com as separações conjugais, crianças que viviam com seus pais e suas mães, passaram a residir com apenas um de seus pais, na grande maioria, com as mães. O que fora considerado raridade até meados do século XX tornou-se realidade, ou seja, os filhos poderiam ser criados e educados por pais que não moram na mesma casa (SOUZA; RAMIRES, 2006).

A esse respeito, diferentemente da realidade de muitos filhos, destaca-se que a separação conjugal não deve ser evento propulsor de diminuição ou dissolução dos vínculos dos pais com seus filhos. Os ex-cônjuges, separados pela conjugalidade, permanecem unidos pelos laços da parentalidade com a tarefa de educar seus filhos conjuntamente. Nesta situação acontece uma série de adaptações quanto aos hábitos, à rotina e às questões financeiras da família (BRANDÃO, 2004; CARTER; MCGOLDRICK, 2001). No entanto, dentre essas tarefas do pós-divórcio, pode-se afirmar que a mais complexa vem a ser o compromisso na

continuidade da atuação parental na condição de ex-cônjuge (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

Quando ocorre um rompimento na família, é muito importante para as crianças manterem relações com ambos os pais, bem como outros membros de sua família. Devem-se buscar ações que mantenham as crianças seguras e livres de qualquer conflito familiar, garantindo a boa parentalidade (CAFCASS, s.d).

No contexto da separação conjugal e de redefinição de papéis, segundo Grzybowski (2011), a coparentalidade assume um espaço importante no desenvolvimento das crianças. Caracterizada como as situações em que os pais realizam interlocuções entre seus papéis, responsabilidades e contribuições para com os filhos, destaca-se que a coparentalidade não se refere apenas às situações de separação conjugal. Contudo, nesse contexto, pode ser mais desafiador mantê-la.

Com relação ao relacionamento coparental com os filhos no contexto do divórcio Maccoby, Depner e Mnookin (1990, apud GRZYBOWSKI, 2011) explicam que o relacionamento estabelecido entre os ex-cônjuges com relação aos filhos pode ser caracterizado como diferentes padrões de relacionamento. Referenciam um padrão desengajado, que pode ser caracterizado através da escassez de comunicação entre os ex-cônjuges, gerando a ausência de acordos importantes para a criança. Logo, a educação dos filhos acontece de forma paralela e o nível de conflito pode ser considerado baixo, mediante o pouco ou nenhum contato, ao contrário do padrão de relacionamento coparental cooperativo e apoiador, em que os conflitos conjugais ou interpessoais são preservados das funções parentais. Neste padrão de relacionamento os pais conseguem projetar planos para os filhos e, em conjunto, buscarem a resolução de dificuldades que os filhos podem vivenciar. No padrão de coparentalidade conflitante, o nível de conflito entre os pais pode ser considerado alto e ativo, constituindo um baixo nível de cooperação e, como consequência, prejuízos no domínio parental. Nesse padrão, verificam-se discussões frequentes entre os ex-cônjuges e situações de boicotes e ameaças envolvendo os filhos.

Na perspectiva de Brandão (2004), o divórcio é entendido como o limite de um processo que se inicia com uma perturbação pontual, mas evolui para uma constante no casamento. Então, após a definição pelo divórcio, os ex-cônjuges podem precisar, em alguns casos, de muito tempo até que conquistem a estabilidade emocional. Ressalta-se aqui que o tempo necessário para estabilizar as emoções dos ex-cônjuges, pode significar razoável para um adulto, no entanto, corresponde a uma parcela significativa da vida de uma criança. Nesse

período de tempo as crianças podem experimentar diversos sentimentos, perpassando a rejeição, a culpa e a solidão. Dessa forma, constituindo certa vulnerabilidade emocional, uma vez que podem acontecer nesse cenário situações em que as crianças sirvam de suporte emocional de um ou de ambos os pais.

Algumas pesquisas norte-americanas e da Austrália enfatizam a influência dos conflitos parentais na adaptação da criança ao divórcio (GRYCH, 2005; MCINTOSH; BURKE; DOUR; GRIDLEY, 2009). A associação de conflito conjugal intenso e dificuldades de adaptação das crianças, bem como crianças que apresentam níveis de ansiedade, depressão e problemas de comportamento têm sido repetidamente demonstrada.

Com relação às consequências da separação conjugal para os filhos, Raposo et al. (2010) apontam que os fatores envolvidos nesta relação complexa precisam ser revistos não apenas pela ótica comparativa entre crianças pertencentes à famílias ditas intactas e aquelas de famílias pós-divórcio. Para uma compreensão mais ampla de como o divórcio pode afetar o ajustamento de uma criança, é necessário considerar fatores como o temperamento e as diferenças desenvolvimentais decorrentes da idade. Outro fator considerado como crucial refere-se ao aspecto financeiro, uma vez que em alguns casos a separação conjugal implica em um ajuste na segurança financeira e conseqüente redução no padrão de vida da criança. Tais mudanças podem também influenciar de forma indireta o ajustamento da mãe pós-divórcio, que pode apresentar alterações no humor e na capacidade de prover os cuidados adequados para a criança quando ela é sua principal cuidadora.

Além desses aspectos, a fim de compreender o impacto do divórcio para os filhos, os autores indicam a necessidade de se examinar características pessoais dos pais, como a forma como manejam o divórcio, a presença de psicopatologias, as práticas educativas parentais e a resolução de conflitos interparentais. Este último pode ser considerado como fator predizente de risco para as crianças em famílias em que os conflitos manifestam-se através de sentimentos de raiva, agressão física, desconfiança, dificuldades de cooperação nos cuidados e na comunicação com os filhos.

Segundo Souza e Ramires (2006), é possível dizer que a separação conjugal e o conseqüente divórcio, envolve grande carga emocional e pouca ritualização ou validação social construtiva, desafiando a capacidade infantil de dar coerência e significado às mudanças e interações em pauta. Além disso, os pais, dos quais as crianças dependem para os cuidados essenciais, e mesmo os integrantes da família extensa, geralmente não conseguem fornecer o apoio necessário a elas nesse momento, por estarem afetivamente envolvidos no

processo. Nesse contexto, variáveis como as características intrapsíquicas e interpessoais, a vida social e a rede de apoio da criança podem servir como recursos de enfrentamento para a criança, possibilitando uma transição menos dolorosa e mais saudável.

Souza (2000) realizou um estudo empírico no qual foram entrevistados adolescentes, de ambos os sexos, que haviam vivido a separação conjugal de seus pais entre os cinco e os 12 anos, no estado de São Paulo. Com base nos resultados, identificaram como fontes de sofrimento tanto as perdas associadas ao distanciamento emocional dos pais, quanto o número de mudanças no cotidiano e nas redes de apoio, sendo algumas dessas consideradas evitáveis. Dentre as mudanças do cotidiano mencionadas, referiram a mudança de casa, bairro, cidade, escola, transporte escolar e redução de contato com familiares do pai e da mãe. Essas foram consideradas mudanças igualmente desestruturantes às perdas emocionais. A quantidade e a arbitrariedade envolvendo as mudanças produziram uma sensação de imprevisibilidade, que podia dominar as capacidades de enfrentamento dos entrevistados quando crianças, muitos dos quais mencionaram o fechamento em si mesmos, sentimentos de solidão e desamparo ou processos de regressão e somatização.

Mencarini, Meroni e Pronzato (2012) indicam que há um crescimento na literatura que se propõe a analisar a influência da separação conjugal no curso de vida das crianças. Os autores realizaram um estudo longitudinal com famílias de países europeus e observaram que o fato de ter vivenciado a separação dos pais antes dos 18 anos, na maioria dos países, acelerou o processo de sair de casa. Em média, filhos que sofreram a separação conjugal dos pais antes dos 18 anos deixam a sua casa de origem mais cedo do que aqueles que não experimentam a separação ou que experimentaram uma separação em idades mais avançadas. Esses dados fazem pensar na possibilidade de que com o advento da separação conjugal, as consequentes adaptações e rompimentos de laços tiveram impacto nos vínculos pais-filhos.

Ao aprofundar o conhecimento acerca dessa temática, percebe-se a gama de componentes presentes e atuando dinamicamente na separação conjugal e no modo como os filhos a vivenciam. Assim, no tópico seguinte pretende-se caracterizar brevemente o período evolutivo designado por segunda infância, compreendido entre aproximadamente os três e seis anos, etapa desenvolvimental a que se propõe lançar o olhar neste estudo. Será contextualizada essa fase do desenvolvimento, as características socioemocionais e cognitivas gerais da criança e a sua forma de se relacionar com o mundo.

2.3 A criança e o contexto de separação dos pais

Com relação à criança, entende-se que existem diferentes formas de interagir com o meio ambiente nas diversas faixas etárias. Essas maneiras peculiares de pensar e se relacionar foram denominados de estágios ou períodos do desenvolvimento infantil, que correspondem a determinadas características socioemocionais e cognitivas que se alteram visando a melhor organização do sujeito (RAPPAPORT; FIORI; DAVIS, 1981a). O período que compreende dos três aos seis anos da criança pode ser nomeado como segunda infância. Nessa etapa da vida, a criança adquire vocabulário e dicção, passa a reconhecer as emoções e a possível implicação dessas nas suas ações, desenvolve a memória e adquire a capacidade de perceber as pessoas com semelhanças e diferenças (PAPALIA, 2000). Em conjunto com esses aspectos novos do desenvolvimento da personalidade, são considerados no desenvolvimento emocional infantil os fatores ambientais, que incluem a família, as redes de relacionamento, a escola, entre outros, que assumem fundamental importância no desenvolvimento infantil (WINNICOTT, 1983).

Nesse período, é possível dizer que as crianças encontram-se intelectualmente mais prontas para entender a realidade. Os momentos em que apresentam acessos de raiva acontecem devido ao fato de estarem prontas para entender um sim ou um não, contudo, lutam contra essa realidade. Esse é um momento decisivo do desenvolvimento, em que a criança pode recusar o que as habilidades cognitivas a possibilitam compreender a seu respeito e do mundo em que vive. Há mudança também nos papéis dos pais, que se ampliam para além da provisão das necessidades do filho, devendo auxiliá-lo a compreender seus desejos que não podem ser satisfeitos (BRAZELTON, 2003).

Nessa etapa do desenvolvimento infantil, os comportamentos agressivos da criança encontram-se entre os comportamentos esperados para esse momento, estando relacionados, entre outras coisas, às frustrações do dia-a-dia. Considera-se que uma criança na segunda infância, vivencia inúmeras situações de frustração durante o seu dia, seja pelos seus pais, seja pelos professores ou pessoas do seu círculo social (RAPPAPORT; FIORI; DAVIS 1981, b).

Nessa fase, a realidade começa a ocupar um lugar maior no pensamento da criança, que anteriormente dedicava um espaço quase que total ao pensamento mágico. No entanto, a criança, mesmo tendo maior conhecimento, ainda representa seus desejos através da fantasia, utilizando a realidade, o brincar e os brinquedos como espaços para esse exercício. O pensamento mágico de uma criança oferece explicações para todos os tipos de mistérios, preserva seus sonhos, seus desejos e sua possibilidade de se relacionar com o futuro. Assim,

explora seu mundo de faz-de-conta em detrimento da aceitação da realidade à sua volta. A capacidade de fantasiar protege a possibilidade de sonhar e inventar o seu futuro (BRAZELTON, 2003).

Com relação ao período dos três aos seis anos, pode-se dizer que essa é uma etapa em que a criança apresenta comportamentos relacionados aos aspectos motores e exploratórios, e passa também a perceber o que é capaz de fazer e imaginar o que poderá fazer no futuro. Utiliza-se de observações do comportamento adulto no desempenho de seus papéis sociais, e da possibilidade de ela mesma desempenhá-los em seu mundo interno (WINNICOTT, 1983; RAPPAPORT; FIORI; DAVIS 1981b). Nessa fase, então, é possível dizer que a criança aprende como funciona e se organiza o mundo social e mais importante ainda, como ela funciona inserida neste mundo. Portanto, nesse período a família possui um papel importante no desenvolvimento social dessa criança e, de forma geral, há um consenso de que o ambiente familiar será, além dos fatores da conjugalidade implicados no ambiente familiar, o resultado das práticas educativas adotadas pelos pais.

O desenvolvimento emocional de uma criança, desde muito pequena, perpassa pela formação de vínculos. Segundo a teoria do apego (BOWLBY, 1982/2006), os vínculos afetivos e os estados subjetivos de intensa emoção têm a tendência a ocorrer em conjunto. Dessa forma, muitas das intensas emoções dos sujeitos emanam da formação, manutenção, rompimento e renovação de vínculos emocionais.

Winnicott (1983) ressalta que o período em que a criança vivencia a segunda infância caracteriza-se pela importância das relações da criança com o mundo em que está inserida. Nos estágios anteriores do seu desenvolvimento emocional a criança trilhou a independência emocional, então conquistada nessa etapa. Logo, passa a experimentar e compreender situações propostas pelo contexto social em que vive, defrontando-se com desafios e partindo da sua existência pessoal no manejo desses. Todavia, os adultos têm fundamental importância no desenvolvimento da criança e devem acompanhar e auxiliar o amadurecimento emocional e os desafios sociais.

Portanto, é possível pensar que a existência de situações de crise no ciclo de vida familiar e consequentes rompimentos de vínculos terão um impacto nas vivências internas das crianças nesta etapa do desenvolvimento. Além da importância que o contexto social assume nesse momento do desenvolvimento emocional, atuam conjuntamente a fantasia e a realidade no universo da criança, podendo colocá-la em uma posição de vulnerabilidade emocional nestas situações (BRAZELTON, 2003; WINNICOTT, 1983).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral: Investigar a compreensão e as fantasias das crianças acerca da separação conjugal de seus pais, contextualizando-as nas relações parentais estabelecidas.

3.2 Objetivos específicos:

- a) Elucidar as relações parentais no contexto do divórcio.

4. MÉTODO

4.1 Delineamento

Realizou-se um estudo descritivo e exploratório, de cunho qualitativo. O estudo exploratório, na perspectiva de Piovesan e Temporini (1995), tem por objetivo conhecer o fenômeno de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde se insere. A pesquisa qualitativa se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os sujeitos realizam a respeito de como vivem, constroem suas histórias e a si mesmos, bem como o que sentem e o que pensam (MINAYO, 2010). Dessa forma, considera-se fundamental para a pesquisa qualitativa a interpretação dos fenômenos e os significados atribuídos a eles pelos sujeitos envolvidos.

Este estudo se apoiou na teoria sistêmica familiar como abordagem teórica de base. Tal abordagem parte da fundamentação epistemológica do construcionismo social, a qual considera que na construção do conhecimento nada é percebido diretamente, tudo é filtrado pela mente do observador, considerando tais construções imersas em um contexto social. O construcionismo propõe-se a olhar além do comportamento, para a nossa maneira de perceber, interpretar e construir nossa experiência (NICHOLS; SCHWARTZ, 2007).

Além do construcionismo social, a teoria sistêmica toma como fundamentação a teoria geral dos sistemas, segundo a qual, conforme Nichols e Schwarz (2007), as propriedades essenciais de um organismo, ou de um sistema vivo são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das relações e interações entre as partes. As propriedades citadas acabam por ser destruídas quando o sistema é visto a partir de elementos isolados. O todo é sempre maior que a soma de suas partes. Portanto, sob a perspectiva sistêmica, não tem sentido tentar compreender o comportamento de uma criança sem o contato com sua família. Ainda para os autores, partindo da perspectiva sistêmica, a família deve ser compreendida como mais que a coleção de indivíduos, mas como uma rede de relacionamentos.

Optou-se pelo estudo de caso para que seja possível o aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno, uma vez que os recursos estão concentrados no caso (LAVILLE; DIONNE, 1999). Yin (2001) complementa que um estudo de caso constitui-se como uma investigação empírica que se propõe a estudar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e os contextos não estão claramente definidos. Neste estudo foram considerados três casos,

constituindo-se como estudo de casos múltiplos. Segundo Yin (2001), em estudo de casos múltiplos, a lógica que rege o desenho da pesquisa não é a da amostragem, mas a da replicação. O pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados, ele pode gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos. Os casos serão apresentados contemplando várias narrativas apresentadas em capítulos ou seções separadas e um capítulo ou uma seção que apresente a análise e os resultados de casos cruzados (YIN, 2001).

4.2 Participantes

Participaram da pesquisa pais e crianças provenientes de três famílias que vivenciaram a separação conjugal. Ao todo, participaram do estudo cinco pais (três mães e dois pais) e quatro crianças todas com seis anos de idade (entre elas um par de irmãos gêmeos). Como critérios de inclusão foram definidos: a idade dos filhos (entre quatro e seis anos); o tempo de separação dos pais de no máximo dois anos; residir na mesma cidade em que foi realizada a pesquisa.

Com relação à idade das crianças, esta foi definida considerando-se que esta fase do desenvolvimento pode ser entendida como vulnerável emocionalmente. Nesta etapa do desenvolvimento, o pensamento das crianças ainda é permeado pelo mundo da fantasia, porém, com mais conhecimento da realidade e início do senso moral. Logo, são crianças vulneráveis aos sentimentos de culpa e confusão quando vivenciam momentos de dificuldade como a separação conjugal de seus pais (BRAZELTON; SPARROW, 2003).

O tempo em que os pais encontravam-se separados ou divorciados foi um critério de inclusão importante. Este tempo foi delimitado com base nos autores Guimarães e Amaral (2009), os quais consideram que o processo de adaptação à separação conjugal tem um chamado “tempo fisiológico” de aproximadamente dois anos, no qual a família passa por uma reorganização e precisa ativar seus recursos internos e externos. Nesse período, entende-se que acontecem elaborações emocionais do fim da conjugalidade e maiores exigências quanto às habilidades na execução da parentalidade.

As famílias participantes foram contatadas através de escolas (públicas e privadas) e por meio de indicação, constituindo-se em uma amostra por conveniência. Foram selecionadas para o estudo as primeiras três famílias (pais e crianças) que corresponderam aos

critérios de inclusão e que aceitaram participar do estudo. A seguir, são apresentadas as especificidades de cada família participante, através de uma tabela de caracterização dos participantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização dos participantes²

	(Pais)	Filhos	Tempo casamento/vivendo juntos	Tempo desde a separação (Em 2015)	Tipo de Guarda/ Com quem reside
Família 1	P1 – 45 anos	C1:06 anos Menina	17 anos	4 anos – Decisão do casal	Compartilhada/ Reside com a mãe. Dias fixos com o pai.
	M1 – 45 anos	Irmã: 11 a.			
Família 2	P2 – 49 anos	C2: 06 anos Menino	06 anos	1 ano e seis meses	Sem acordo de guarda. Reside na casa do pai. Mãe fica responsável na ausência do pai.
	M2 – 37 anos	Irmã (mãe): 14 a. Irmã (Pai): 19 a. Irmão (mãe): 17 a.			
Família 3	P3 – 41 anos	C3A: 06 anos Menina	08 anos	1 ano	Guarda unilateral – Mãe. Pai reside em outro estado.
	M3 - 40 anos	C3B: 06 anos Menino			

4.3 Instrumentos

² Dados referentes ao momento da coleta de dados

Para o levantamento de dados com as crianças, foram utilizados os seguintes instrumentos projetivos: Teste das Fábulas – versão pictórica (CUNHA; NUNES, 1993) e o procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) (TRINCA; TARDIVO, 2000).

Teste das Fábulas

O Teste das Fábulas consiste em um método projetivo verbal, sensível para detectar crises situacionais e de desenvolvimento (CUNHA et al., 1989; NUNES, CUNHA; OLIVEIRA, 1990). O instrumento é formado por uma série de historietas incompletas, compostas por uma forma verbal e uma forma pictórica, desenvolvidas como método de investigação de conflitos inconscientes. A forma verbal inclui dez pequenas histórias incompletas, que o sujeito deve completar, e a forma pictórica é composta por doze lâminas, com ilustrações adequadas a cada história. As situações são ambíguas e simbólicas para facilitar a projeção da criança, permitindo a identificação de conflitos das fábulas (CUNHA; NUNES, 1993).

O Teste pode ser aplicado individualmente, com crianças a partir dos três anos, e deve ser realizado um rapport anterior ao início da apresentação das lâminas. No momento de rapport, tem-se a indicação de propor para a criança uma brincadeira de contar histórias, na qual a pesquisadora iniciará a história e a criança continuará. As histórias não devem ser lidas, no entanto, devem ser apresentadas sem alterar a sua formulação. As fábulas são contadas pelo examinador, de forma natural e espontânea, ao mesmo tempo em que vão sendo ilustradas com as lâminas correspondentes. Anota-se o tempo de reação (TR) e a resposta do sujeito (neste estudo a pesquisadora não anotou a resposta, mas sim gravou o áudio). A seguir, é realizado um Inquérito, que tem a finalidade de estimular a fantasia da criança no desenvolvimento de sua história e de aprofundar o entendimento psicodinâmico (CUNHA; NUNES, 1993). Mesmo que a resposta pareça coerente, acessível e adequada, sempre pode ser complementada. De forma geral, o inquérito consiste em perguntas neutras e não sugestivas e sugere-se utilizar como base as próprias palavras que a criança utilizou nas verbalizações.

Ao considerar o objetivo do presente estudo, foram selecionadas algumas fábulas do Teste de Fábulas para a coleta dos dados com as crianças. Foram selecionadas as seguintes fábulas: F1. Fábula do passarinho, F.2. Fábula do aniversário de casamento, F.4. Fábula da Viagem, F.10. Fábula do sonho mau.

A fábula 1, fábula do passarinho, sugere que a criança se identifique como filhote de passarinho. Tem por objetivo explorar a dimensão de dependência-independência, examinando a presença ou não de apego específico a um dos pais. A fábula coloca uma questão básica no desenvolvimento do processo de separação-individuação, quando o ninho (o seu lar) cai sugere uma ameaça de crise familiar: papai passarinho voa para uma árvore e a mãe para outra. As soluções esboçadas frente a tal situação, potencialmente traumática, configuram a atitude do sujeito frente ao mundo (CUNHA; NUNES, 1993).

Na fábula 2, fábula do aniversário de casamento, a criança se vê frente à comprovação de que seus pais tem uma relação afetiva que independe de sua existência. A fábula foi criada com a intenção de explorar a reação da criança frente à cena primária. É importante avaliar a fase do desenvolvimento emocional que a criança se encontra no momento da aplicação da fábula (CUNHA; NUNES, 1993).

A fábula 4, fábula da viagem, tem como proposta explorar a agressividade. Permite que a criança dê vazão à sua hostilidade, a desejos de morte, ou expresse culpa e autopunição (CUNHA; NUNES, 1993).

A fábula 10, fábula do sonho mau, foi desenvolvida com a função de controle das demais fábulas. Se a criança ficou muito mobilizada por um dos temas anteriores, o retoma nesta fábula. De acordo com a autora, permite confirmar a existência de algum conflito (CUNHA; NUNES, 1993).

Desenhos de Família com Estórias (DF-E)

O procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E), técnica de investigação psicológica introduzida por Trinca (1989), e referida em Trinca e Tardivo (2000), tem como princípio a detecção de processos e conteúdos psíquicos de natureza consciente e inconsciente, relacionados aos objetos internos e externos que dizem respeito à dinâmica da família. A partir desse instrumento, há a possibilidade de ampliar o conhecimento das relações intrapsíquicas e intrafamiliares da criança. A fundamentação do procedimento de Desenhos de Família com Estórias parte do conhecimento a respeito da dinâmica inconsciente da personalidade, a regra da associação livre, a dinâmica da família, os princípios gerais das técnicas projetivas, os princípios de condução das entrevistas clínicas não estruturadas e semiestruturadas (TRINCA;TARDIVO, 2000).

O procedimento consiste na realização de uma série de quatro desenhos de família, na seguinte ordem: 1) “Desenhe uma família qualquer”; 2) “Desenhe uma família que você gostaria de ter”; 3) “Desenhe uma família em que alguém não está bem”; 4) “Desenhe a sua família”. Após a realização dos desenhos, é solicitado à criança que conte, de forma livre, uma história em que a base seja o desenho. Em seguida, faz-se o inquérito, para vias de elucidação das informações dispostas no desenho e, por último, pede-se o título para cada desenho estória. A sequência das quatro unidades de produção em conjunto com o registro por escrito das reações da criança no momento da aplicação constitui a base da técnica. Esse conjunto assume características unitárias e indivisíveis (TRINCA; TARDIVO, 2000).

Os pais foram acessados individualmente para uma Entrevista de Dados Sociodemográficos (Apêndice A) e uma Entrevista sobre a Separação Conjugal e os Filhos (Apêndice B).

Entrevista de Dados Sociodemográficos

O instrumento Entrevista de dados sociodemográficos foi o primeiro instrumento aplicado para os pais participantes no momento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas individualmente com os pais, em momentos diferentes. Esta entrevista teve como objetivo, neste estudo, acessar informações das características sócio-demográficas (idade, gênero, escolaridade, estado civil, idade dos filhos) e também questões de funcionamento organizacional daquela família participante (renda, número de pessoas residentes, ocupação).

Entrevista sobre a Separação Conjugal e os Filhos

. O instrumento da entrevista foi escolhido por esta se tratar de um instrumento privilegiado já que possibilita o uso da fala, a qual revela valores, normas, símbolos, representações e relações (MINAYO, 2010). Em relação ao tipo de entrevista, optou-se pela semidirigida, por meio da qual tanto o entrevistador como o entrevistado puderam direcionar de alguma forma a interação, contribuindo no acúmulo de dados referentes aos objetivos do estudo (TURATO, 2003).A entrevista semiestruturada teve como objetivo compreender o entendimento dos pais acerca da compreensão e das fantasias de seu filho e do exercício da parentalidade no contexto da separação conjugal. Esse instrumento compreendeu perguntas

organizadas dentro dos seguintes blocos temáticos: História da criança; A separação conjugal e o filho; As relações parentais e a Figura parental e o filho na atualidade.

4.4 Procedimento e considerações éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, sob o parecer número CAAE: 44196615.1.0000.5346, em 22/05/2015, e segue todos os preceitos éticos determinados pela Resolução CNS 466/12 (BRASIL, 2012) que dispõe sobre as diretrizes e normas de pesquisa envolvendo seres humanos. As três primeiras famílias que se encaixavam nos critérios de inclusão da pesquisa foram contatadas e foi agendado um momento com os pais, separadamente, para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice C), o qual autorizava a sua participação e de seus filhos na pesquisa. Apenas após esse processo concluído, a entrevista com os pais foi realizada.

Os pais responderam à Entrevista de Dados Sociodemográficos (Apêndice A) e uma Entrevista sobre a Separação Conjugal e os Filhos (Apêndice B). Posteriormente, foi agendado um momento para a coleta de informações com a criança, que incluiu o Teste das Fábulas (CUNHA; NUNES, 1993) e o procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) (TRINCA; TARDIVO, 2000). As entrevistas com os pais e as técnicas projetivas com as crianças foram realizados nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria e gravados em áudio para posterior transcrição.

No caso das crianças que conseguiram escrever seu nome, além do consentimento dos pais, foi preenchido um Termo de Assentimento (Apêndice D). Antes de a criança assentir com a realização da pesquisa, foi realizada uma explicação da pesquisa a ela, de forma simples e com linguagem adequada para sua compreensão. O assentimento também foi solicitado de forma verbal e gravado em áudio.

Todos os cuidados foram tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Ao final, a pesquisadora agradeceu aos participantes do estudo pela disponibilidade em participar da pesquisa. Em nenhum dos procedimentos realizados, houve riscos à dignidade do participante, e todo material desta pesquisa encontra-se sob responsabilidade dos pesquisadores. Os dados foram armazenados no Departamento de Psicologia da UFSM, e após cinco anos, o material coletado será

destruído. Está prevista uma devolução dos resultados do estudo, de forma individual para os participantes, bem como a divulgação dos artigos provenientes deste estudo.

4.5 Análise dos dados

Os dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas com os pais foram inicialmente transcritos. Assim, tornou-se possível uma melhor visualização das falas, bem como da sua relevância. Da mesma forma, as histórias provenientes dos Desenhos de Família com Estórias - DF-E (TRINCA; TARDIVO, 2000) e as verbalizações das Fábulas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Em seguida, os dados foram analisados qualitativamente.

A análise do Teste das Fábulas aconteceu em dois momentos. No primeiro momento, a pesquisadora utilizou a categorização de fantasias proposto por Cunha e Nunes (1993). Optou-se por focar nesses aspectos, uma vez que o estudo não teve como objetivo investigar o funcionamento psicodinâmico das crianças. Neste primeiro momento a pesquisadora também selecionou algumas falas das crianças nas fábulas para posterior análise de conteúdo (BARDIN, 1979), uma vez que as histórias provenientes apresentaram conteúdo referente às situações vivenciadas pelas crianças em suas famílias e mencionadas também pelos pais no momento das entrevistas.

No segundo momento, os dados analisados pela pesquisadora com base na categorização proposta por Cunha e Nunes (1993) foram analisados através do consenso entre juízes, visando conferir maior fidedignidade ao estudo. Nesta etapa, os dados categorizados foram analisados por outra pesquisadora com conhecimento no Teste das Fábulas. Assim, conforme o consenso dos juízes, definiu-se a categorização das fantasias apresentadas pelas crianças.

Os desenhos provenientes do procedimento Desenhos de Família com Estórias - DF-E (TRINCA; TARDIVO, 2000) foram analisados com base no roteiro de avaliação sugerido por Trinca (1997, apud TRINCA; TARDIVO, 2000), do qual foram elencados alguns itens: características peculiares da figura materna e/ou paterna; tipo de vínculo e formas de interação com as figuras parentais; eventos familiares reveladores de conflitos e dificuldades; pontos centralizadores de conflito e dificuldades na criança; descrição que a criança faz de si própria; tendências, necessidades e desejos; tonalidades das angústias e das fantasias predominantes.

Após as análises de cada instrumento em separado, buscou-se focar nas nuances de sentido existentes entre o material proveniente tanto das crianças quanto dos pais participantes, visto que o significado de um conteúdo está presente na singularidade de cada elemento e nas relações entre eles. Essa análise tomou como referência central a análise qualitativa de conteúdo (BARDIN, 1979; LAVILLE; DIONNE, 1999).

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentados individualmente os resultados referentes aos três casos estudados. Em cada caso, descreve-se inicialmente alguns aspectos de sua história, para, em seguida, apresentar os resultados organizados nas seguintes categorias temáticas: (1) Relação com os pais e a (2) Criança diante do divórcio: compreensão e fantasias. Essas serão exemplificadas por vinhetas oriundas das entrevistas, das técnicas projetivas e de desenhos com as crianças.

Com o intuito de preservar o sigilo dos participantes da pesquisa, optou-se por identificá-los através de códigos. Neste sentido, as mães serão denominadas pela letra M, os pais P, as crianças C e os irmãos, I, acrescidos do número referente ao caso.

Família 1

Esta família é constituída pelo pai (P1) e a mãe (M1), ambos com 45 anos, pais da menina C1, com seis anos e de sua irmã (I1) com 11 anos de idade. P1 e M1 foram casados por 17 anos e separaram-se conjugalmente há dois anos. A decisão da separação foi construída em conjunto pelo ex-casal, que observavam mudanças no relacionamento conjugal desde o período gestacional de C1. Após o nascimento de C1, as demandas do cuidado de um filho pequeno somaram-se às dificuldades anteriores do relacionamento e consideraram que ficaram cada vez mais distantes. Apesar de poucos momentos de conversa e grandes períodos de silêncio entre os até então cônjuges, P1 e M1 acordaram pela decisão de separarem-se quando C1 tinha quatro anos e sua irmã nove anos.

Atualmente, C1 e sua irmã residem com a mãe na residência que era da família, mas convivem com o pai em dias fixados em acordo entre os pais, os quais detêm a Guarda Compartilhada. A mãe de C1 tem ensino superior completo e estava desenvolvendo atividade autônoma na própria residência da família em aproximadamente 24 horas por semana, mas

buscava uma vaga no mercado de trabalho formal. O pai é funcionário público com carga horária de 30 horas semanais aproximadamente e estava cursando um curso superior. A renda familiar mais significativa provinha da figura paterna e a renda materna funcionava como complementar na organização familiar. No momento da coleta de dados, os ex-cônjuges buscavam conciliar as necessidades com relação às despesas das crianças com auxílio de profissionais de um serviço jurídico público. O pai possuía um novo relacionamento amoroso, mas não residia com a namorada (N1 – namorada do pai) e a mãe não relatou ter relacionamento afetivo neste momento.

(1) Relação com os pais

Com base nos Desenhos de Família com Estórias (DF-E) foi possível observar a afetividade de C1 direcionada ao pai (P1).

“C1 e P1 foram fazer um piquenique na casa de P1. [E como eles se sentiram lá?] Felizes para sempre! Fim!” (C1 - Desenho da sua família)

No que se refere ao pai, os desenhos fazem pensar na existência de certa discordância entre C1 e sua irmã no que diz respeito à imagem que possuem do pai e a nova configuração familiar. Entende-se que a irmã, possivelmente mais contatada com a realidade, considerando sua idade, vivencia a separação dos pais de modo diferente de C1, mobilizando outros recursos internos e formas de comunicação. Na oportunidade de desenhar sua família e a família que gostaria de ter, a criança utilizou o espaço para representar o desejo de isolar sua irmã do sistema familiar na tentativa de preservar os sentimentos e as fantasias que nutre pelo pai.

“Eu vou desenhar só eu e o pai, sabe por quê?
Porque a I1 não cabe!” (C1 – Desenho da sua família)

[Desenhe a família que você gostaria de ter.] (...) [E quando tu escutar o ZZZZ da I1, o que tu vai fazer?] “Vou atirar um balde de água na cabeça dela. [E o nome dessa história C1?] Hãa. Vai ser: I1 estava dormindo e P1, C1 e M1 foram comer coraçãozinho na casa do avô e da vó.” (C1 – Desenho da família que gostaria de ter)



Desenho da família que gostaria de ter

O conflito identificado a partir da representação gráfica e verbal trazida por C1 é corroborado pela visão de ambos os pais, os quais relatam divergências entre a criança e sua irmã no que diz respeito às situações decorrentes da separação conjugal, como os momentos com pai e a conseqüente convivência com a sua namorada.

“A I1 não gosta do pai e nem da N1”. (C1 – Desenho da sua família)

“É, ontem ela (I1) me ligou e ela pediu pra que a N1 não fosse junto. Por isso que eu digo, de uns dias pra cá, houve um maior distanciamento. Eu vou tentar conversar, assim, ou amanhã que vou lá. Eu acho que a I1 consegue formular mais essa ideia. [De namoro?] Ela já tem onze anos, ela já, já, até na escola mesmo. Tem amiguinhas, namorinho, ficar junto e tal. Pra C1 eu acho que ainda ela é mais infantil, ainda, por ter seis anos”. (P1)

“Nos primeiros meses, depois, ela (I1) nem cumprimentava a N1 na maioria das vezes. Ela (namorada) ficava normal. Ela comentou um dia que a C1 recebia ela melhor que a I1. Só”. (P1)

“Daí a I1 chorou. (...) Daí a I1 acaba afetando a C1, porque daí ela bate na C1, a C1 defende a N1 e a I1 não. Daí elas brigam, daí a I1 acaba batendo nela, daí xingando”. (M1)

Nesse sentido, o relacionamento afetivo do pai e a conseqüente convivência de C1 com a namorada dele também perpassa a relação da mãe (M1) com C1. As estórias dos desenhos, em consonância com os relatos da mãe, sinalizam os momentos de conflito entre a criança e a mãe. C1 acaba por vivenciar momentos de conflito interno entre o amor materno e o paterno nesta nova realidade familiar. Além do manejo do medo de perder o amor de um

dos pais, é possível dizer que esta situação resulta em sentimentos de tristeza para a criança, que se sente dividida entre os dois desdobramentos familiares, o lado da mãe e o lado do pai.

“Só que hoje em dia ela não aceita que, por exemplo, eu chamo a N1 de ‘Fofa’.
É, mas é a ‘Fofa’, pra não dizer nada ruim. Dai ela não gosta, ela diz que a N1
é amiga dela”. (M1)

“Mas quando elas (mãe e irmã) falam algum nome e elas perguntam para mim e eu
tenho que falar alguma coisa mal, daí eu falo. Eu só tenho que falar mal na frente
delas. Eu não posso falar bem dele (pai) e da N1. Se eu falar bem, minha mãe me
deixa lá fora. Eu falo mal do P1 e da N1 para a mamãe”. (C1 - Desenho da sua
família)

“Uma vez que ela (C1) foi lá pro P1 e voltaram as duas (C1 e I1) muito revoltadas de
lá. Aí eu não tava muito bem também e disse assim: ‘Peguem as trouxas de vocês e
vão de volta lá pro teu pai. Eu não aguento mais vocês. Aí ela (C1): ‘Não vou, não
vou. Eu te odeio. Odeio o pai. Eu não vou pra lugar nenhum. E chorava’”. (M2)

O conteúdo da Fábula 2, que tem como objetivo examinar como a criança reage à relação afetivo-sexual dos pais, ao expô-la à história de que os pais se amam muito e realizam uma bela festa de aniversário de casamento. Nesta fábula a menina expressou conflito com a mãe, referindo-se possivelmente à posição que a criança ocupou após a separação dos pais, dividida entre as duas realidades.

[F2 – Fábula de aniversário de casamento do papai e da mamãe:]

“Porque eu acho que ela não queria comer. E daí ela saiu. E daí ela tava com fome, ela comeu muito doce e não queria comer fruta. A mãe dela pediu para ela comer fruta e ela não comeu. [Hum, a mãe pediu para ela comer fruta e ela não comeu. E daí?] É, a mãe fez outro bolo de fruta pra ela e ela disse: Eu não quero bolo de fruta. [Porque ela não queria bolo de fruta então?] Porque ela não gosta de bolo de fruta. [E porque a mãe fez?] Pra fazer ela comer! Ela disse: Eu só quero bolo de chocolate!” (C1)

(2) A criança diante do divórcio: compreensão e fantasias

A técnica de Desenhos de Família com Estórias (DF-E) viabilizou para C1 um espaço para a expressão do seu mundo real e do seu mundo interno, possibilitando a expressão de sentimentos e desejos que talvez os familiares tivessem dificuldade em acolher. Com base nos desenhos é possível pensar que C1 mantém de forma significativa o desejo de que sua família

permanecesse com a configuração de origem, ou seja, com o pai e a mãe casados vivendo com a filha. Em todos os desenhos a família foi assim retratada, bem como na formulação das estórias.

[Desenhe uma família qualquer.] (...) [Qual o nome deste pai, então, nesse desenho?] Hãahhh,Romeu! [A mãe?] Julieta". (C1)

[Nesse desenho tu vai desenhar a família que gostaria de ter.] "Ah já é minha favorita. Vou desenhar minha mãe, meu pai e eu". (C1)

O desejo de família unida e de que os pais não estivessem separados é também percebido pelos pais (M1 e P1), conforme relatado nos momentos da entrevista. Ambos relataram sutis intervenções de C1 em direção a eles na tentativa de sinalizar o desejo de reunião familiar, e certa expressividade de alegria quando momentos em conjunto aconteciam.

" Por ela nós voltávamos ainda, né.(...) Uma vez ou outra sim, comenta.
(...) Ela pergunta se... Uma outra vez ela perguntou alguma coisa ligada à mãe dela, assim 'ah, por que tu não vai lá'?" (P1)

"[E tem alguma coisa que tu acha que a C1 não compreende da separação? Tu que falaste que parece que ela acha que vocês ainda podem voltar?] Sim. Ela fica bem feliz, por exemplo, assim ó, agora teve a missa, agora dia das mães, e eles iam tá na missa, o primeiro ano da escola. Aí ela ficou numa felicidade, porque eu nem entro mais no carro (do ex-marido), né. Me estressei com aquilo ali. Daí eu sempre pego um ônibus e venho sozinha. Aí tava chovendo, dai eu disse assim 'P1, tu me dá uma carona?', P1 disse:'Dou'. [E aí foram todos vocês?] Daí ela ficou bem feliz". (M1)

Ambos os pais, M1 e P1, relataram ter acontecido um momento em que comunicaram a decisão da separação conjugal para as filhas, bem como as possíveis modificações que viriam a acontecer na rotina e na vida familiar após a separação.

"Eu lembro mais dessa noite que eu falei com a M1 e eu não lembro como que foi o momento que eu falei pras crianças, mas teve um momento que foi falado: 'Olha, vai acontecer, o papai vai sair daqui, vai morar (...) Vai continuar vindo aqui". (P1)

"Eu sentei e conversei com as duas. Nós estávamos os dois, depois a gente teve uma conversa individual com cada uma. Porque assim, tu não pode colocar da mesma forma

pra I1e pra C1, porque elas têm idades diferentes. Daí a gente contou que a gente era mais amigo, que a gente não tinha mais essa coisa de se beijar, de namorar, e que as coisas, a gente não tava feliz do jeito que tava e cada um ia tentar fazer da melhor forma possível ser feliz, mas nunca esquecendo que elas existiam e que não era por causa delas que a gente tava separando”. (M1)

No entanto, P1 e M1 percebiam que mesmo havendo um momento com as crianças para a comunicação da decisão e possíveis mudanças, para C1 a compreensão de fato da separação conjugal dos pais estava em construção. Concordaram que a separação se apresenta como algo complexo para a criança e que as experiências posteriores à decisão da separação, como a saída do pai da residência familiar, a convivência com a casa nova do pai e a não ocorrência de muitos momentos em que a mãe e o pai estão reunidos no mesmo ambiente constituem-se em fatores importantes a serem compreendidos.

[O que tu acha que ela entendeu da separação?]

“Sinceramente, eu não sei (risos). Mas elas sabem que eu não moro mais lá e que eu tenho uma outra casa. Basicamente é isso e que eu não sinto a mesma coisa pela mãe delas”. (P1)

“Então, tá, são crianças, mas convivem, veem que tem uma mudança nos hábitos da rotina, na fisionomia. A I1 eu acho que... Vamos dizer que entendeu que não tem volta. Eu acredito que sim”. (P1)

“M1: Eu acho mais é que ela tá mais, como é que eu vou te dizer? Ela já aceitou. Ponto, tá? Ela já aceitou que o pai vive uma vida e a mãe vive outra. Mas, na hora, às vezes, de escolher, ela fica extremamente indecisa.

P: Escolher entre...

M1: Escolher assim, tá hoje teu pai vai vim te buscar, eu pergunto, tá teu pai vai vim te buscar, tu vai pousar lá? Hora ela quer ir, hora ela não quer”.

Os desenhos e as falas de C1, P1 e M1 levam ao entendimento de que o relacionamento amoroso do pai é compreendido de diferentes formas pelas filhas, influenciando no relacionamento parental e também no relacionamento entre as irmãs. C1 insere a figura da namorada do pai como parte do seu cotidiano, mencionando os momentos em que convive com o pai e ela está presente. Contudo, em sua realidade interna, ao retratar sua família, N1 é entendida na perspectiva de quem não deveria estar ocupando esse lugar afetivo ao lado do pai. A forma como C1 projeta N1 remete novamente ao desejo de família reunida, com a configuração de origem.

[Desenhe a sua família:]

“Vou desenhar uma árvore. Não é uma árvore intrusa tá?[O que é uma árvore intrusa?]”

Eu também não sei que é intrusa”. (C1- Desenho da sua família)



Desenho da sua família

Embora os pais entendam que as vivências consequentes da separação conjugal possam estar atuando no sentido de colaborar para a elaboração da separação dos pais, C1 apresenta na Fábula 10, que é considerada uma fábula de controle das demais, a fantasia de agressão deslocada para o ambiente. Essa fantasia sinaliza que a criança percebe o ambiente como agente agressivo, o qual priva o herói ou o expulsa. Logo, é possível pensar que as vivências e conflitos entre a família de C1 neste novo contexto sejam sentidos como agressivos.

[Fábula do Sonho Mau:]

[“Uma criança acorda de manhã, muito cansada e diz: ‘Ai, que sonho mau que eu tive.’ Com o que ela sonhou?”] “Ela sonhou com vários monstros que queriam comer ela”. (C1)

Da mesma forma é possível pensar que o conteúdo das Fábulas apresentado pela criança indicam que a separação conjugal teve um considerável impacto para ela. A Fábula 1, que se propõe a viabilizar as fantasias nos processos de separação-individuação gerou um importante impacto emocional na criança. Nesta fábula, o ninho dos passarinhos cai no chão, o papai voa para uma árvore e a mamãe para a outra, a criança é, então, solicitada a indicar o que fará o filhote passarinho a seguir. No caso de C1, o herói passarinho se fez presente em todas as fábulas seguintes no momento da coleta de dados. Essa situação é compreendida como um fenômeno específico do Teste das Fábulas, conceituado como Perseveração e sinaliza conflito com a fábula que persevera nas demais. Tal fenômeno pode sinalizar a

intensidade com que C1 sentiu a ruptura do casamento de seus pais e o afastamento do pai da casa da família.

[F2 – Festa do aniversário de casamento]

[P – Alguém foi lá com ela?] “Não. O passarinho. Um passarinho encontrou a menina”. (C1)

[F4 – Fábula da viagem]

“Por que não podia ser aquela menina que tava com dor de barriga e viajou com o passarinho?” (C1 - F4 – Fábula da viagem)

[F10 – Fábula do Sonho Mau]

“Ela acordou e chamou o passarinho e o passarinho disse: Piu piu tô com sono”. (C1- Fábula do Sonho Mau)

Mesmo que a separação conjugal dos pais ainda gere sentimentos e desejos da criança no sentido de manter a família unida e que os desafios da separação ainda sejam muito presentes, ela conseguiu, no momento final da produção dos desenhos, conectar-se com a realidade familiar pós-divórcio, compreendendo que a partir da decisão de separação dos pais ela iria conviver na maioria das vezes com o pai e a mãe em momentos separados.

“Meu pai é cabeludo. A casa dele é pequena, por isso que... (Pausa) É e só vai ter eu e a I1, a mãe não”. (C1 - Desenhe a sua família)

A análise das categorias Relação com os pais e a Compreensão do divórcio, da criança C1 constrói o entendimento na direção de que C1 estava criando recursos internos para enfrentar a nova realidade, que era a separação conjugal dos seus pais. Neste caminho, a criança encontrou desafios reais, entre os sentimentos da mãe e da irmã, os quais se confrontavam com os seus, que ainda estavam intactos no que tange à figura do pai. As consequências da separação de seus pais, como a saída do pai da residência da família e a convivência com ambos em momentos separados foram agentes reais que atuaram na construção da compreensão do que de fato foi o divórcio dos seus pais.

Família 2

A mãe da família a seguir será denominada M2, o pai P2 e a criança C2.

A criança participante do estudo é um menino de seis anos e é filho de M2, com 37 anos e P2, com 49 anos. Os pais foram casados por seis anos e há um ano e meio entenderam que a melhor decisão para os dois, era a separação conjugal. C2 tem dois irmãos (um menino e uma menina) do lado materno, ambos menores de idade e uma irmã, maior de idade, do lado paterno. Nenhum dos irmãos residiu na mesma casa que C2 e seus pais durante o período em que permaneceram casados. P2 tinha ensino fundamental completo e desenvolvia uma atividade econômica na qual precisava viajar semanalmente, dedicando-se 40 horas por semana. M2 não concluiu o ensino médio e estava se dedicando 24 horas semanais em atividades autônomas para gerar sua renda.

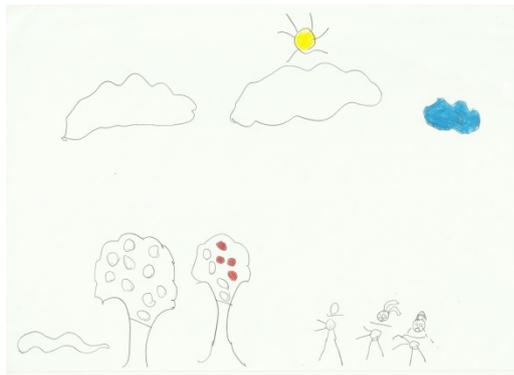
Desde que os pais decidiram separar-se, C2 vivenciou certa instabilidade com relação ao regime de guarda e de moradia. Em virtude de a residência em que a família vivia ser de propriedade da família de origem do pai, a mãe se organizou para ir morar em outro local após a separação. Neste primeiro momento, M2 tinha um relacionamento amoroso, e decidiu morar com o namorado (N2) e com C2 em uma casa alugada pelo namorado. O pai permaneceu na residência nos períodos em que estava na cidade, uma vez que na maioria dos dias da semana ele estava dedicado às rotinas de viagem que a sua ocupação exigia. Convivia com C2 nos finais de semana e também em dias de semana em que estava na cidade.

Alguns meses se passaram nesta organização inicial e nesses, houve tentativas de adaptação da criança (C2) ao novo ambiente familiar. No entanto, a mãe relatou muitos momentos de conflito com o filho e tomou a decisão de dividir a situação com P2, em seguida entraram no consenso de C2 residir com o pai naquele momento, no qual havia se passado em torno de dois meses após a separação dos pais.

O pai também havia iniciado um relacionamento amoroso e em virtude das suas viagens a trabalho, havia convidado a namorada para residir na sua casa com o intuito de essa companheira auxiliar nos cuidados do filho (C2). Após um período de dois meses, esse relacionamento de P2 terminou e a ex-companheira retornou para sua cidade de origem. Nesse momento o pai dividiu a situação com a mãe (M2) e sugeriu a possibilidade de que a mãe ficasse na casa do pai (ex-marido) nos períodos em que ele estaria viajando, e quando ele (P2) retornasse, M2 voltaria para sua residência, que neste momento era a casa da avó materna de C2. Ao final, o pai e a mãe acordaram com este arranjo, para que fosse possível que C2 continuasse a residir com o pai.

(1) Relação com os pais

Os desenhos realizados por C2 a partir da técnica Desenhos de Família com Estórias (DF-E) retrataram, em quase todos os momentos, os integrantes da família reunidos, como a configuração nuclear, anterior à separação conjugal. No entanto, percebe-se a ausência de detalhes e de maior investimento de C2 nas suas produções gráficas e também verbais, sendo possível pensar que o desenho poderia estar sinalizando certa fragilidade desta família e da criança naquele contexto.



[Desenho 1 – Uma família]



[Desenho 4 – A sua família]

As relações parentais foram representadas por C2 de maneiras divergentes. Com base nos desenhos e nas Estórias associadas a eles, foi possível observar que o pai é representado de forma positiva para C2. Em contrapartida, a figura da mãe (M2) foi projetada como não continente e inserida em momentos de conflitos entre ela e o filho. Mesmo que algumas produções de C2 retratassem a família reunida, a mesma ideia não foi identificada nas Estórias, as quais revelaram um conteúdo simbólico em que é possível pensar em um vínculo frágil de C2 em relação à sua mãe.

“Vou desenhar eu, o pai e a mãe. (...) Eu chorando [E alguém te ajudou a parar de chorar?] Só o pai me ajudou, a mãe tava brincando por aí”. (C2 – Desenho de uma família)

“[Quem tá aqui C2?] Eu e a mãe. [E quem não está bem?] Eu e ela. É que teve uma briga.(...) Só foi porque ela pegou uma cuia e aí a gente começou a brigar. [Uma cuia? Uma cuia de tomar mate?] Aham [E o que tinha nessa cuia, que fez a briga?] Tinha veneno. Ela queria tomar porque ela queria morrer e não sei o que. [E como essa história terminou C2?] Terminou feliz. Ah foi, ela desistiu”. (C2 - Desenho Uma família em que alguém não está bem)

“Fazer eu, o pai e a mãe, essa é minha família. Eu tenho mais a mana A e a mana B e o mano. Os três são grandes só eu que sou pequeno. É essa mãe tá gigante!(...). [O que vocês estão fazendo nesse desenho?] Conversando. [E como vocês estão se sentindo?] Aqui estamos bem”. (C2 – Desenhe a sua família)

Os pais de C2 relataram perceber diferenças nos vínculos da criança no que tange as relações parentais no contexto familiar após a separação conjugal. Ambos percebem que C2 manifestava o desejo de estar na companhia do pai (P2) na maior parte do tempo, em contrapartida o relacionamento com a mãe (M2) era entendido como conflitivo e de difícil manejo para ambos (C2 e M2).

“Quando o pai dele vinha de viagem ele queria ele sempre, tá. A semana inteira quando ele tava comigo, ele dizia: Eu quero o meu pai, chorava e dizia, meu pai não vem nunca. Chegava, ele ia lá buscar o guri. Ele ficava em uma faceirice sem tamanho. Eu digo para ele: Eu acho que tu prefere mais teu pai do que eu. Daí quando ele voltava para mim, Deus o livre! O primeiro dia, principalmente, que ele ia pra lá com nós de volta, parecia que era uma coisa terrível”. (M2)

“Ele não queria ir pra lá, ele me enxergava e queria ficar só comigo”. (P2)

“Aí às vezes eu me irrita com ele e xingo ele: ‘Tu sabe botar isso aqui guri, quando é uma arte tu não precisa me chamar’”. (M2)

“Sempre foi grudado em mim, sempre, não mudou nada em relação a isso. [E com ela (mãe)? Mudou?] É, digamos que na forma que ela é, foi (C2) se afastando”. (P2)

A separação de M2 e P2 foi promotora de repercussões para a criança e para os relacionamentos parentais. Percebe-se que as modificações de rotina e na estrutura que C2 até

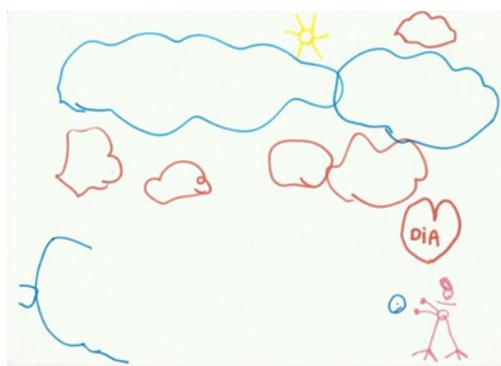
aquele momento conhecia como família podem ter sido elementos complicadores para o menino. A mãe relatava que havia certa dificuldade de manejar C2 em algumas situações desde pequeno e que estas se mantiveram e, em alguns momentos, pode-se dizer que se acentuaram após a separação conjugal.

“Separada, mas tenho um namorado. Ele morou com nós lá no bairro X. [Com nós quem?] Comigo e com o C2. Daí não deu certo com o C2. Por ele ser assim que não deu certo. Ele fazia de tudo para o C2, até levava o C2 no colégio de carro, tudo, comprava as coisas no mercado para o C2, brincava com o C2. Só que ele sempre revoltado, sempre desse jeito, não me obedecia, não obedecia ele. Aí ele queria ir para fora, sair para rua e nós não deixava, aí ele (C2) já brigava com ele”. (M2)

“Ele (C2) tentou morar com ela lá, em certo momento. Diz ela que não fechou com o cara. Ele (C2) tomou conta do cara”. (P2)

É possível pensar que a separação conjugal dos pais de C2 atuou como desencadeadora de desorganização emocional, a qual provavelmente já estaria presente na estrutura do menino em contexto anterior³. Chama a atenção que no Desenho Estória da Família em que foi solicitado que fizesse a família que gostaria de ter, a criança não se inclui nessa família ideal, remetendo ao entendimento de certa desorganização emocional do menino e ainda, a morte simbólica dessa família ideal.

“Quería ter meu pai. Só esse que eu queria.” (C2 - Desenho 2 - A família que você gostaria de ter)



[Desenho 2- A família que você gostaria de ter]

³ A criança participante C2 foi encaminhada para atendimento em um serviço de saúde mental público logo após o término da coleta de dados.

(2) A criança diante do divórcio: compreensão e fantasias

A dimensão da separação conjugal e mudanças posteriores para o menino foram expressas em diferentes momentos. Foi possível perceber nos relatos dos Desenhos-Estória da Família, na aplicação do Teste das Fábulas e, ainda, no relato da mãe acerca da convivência diária, que as expressões do menino remeteram à sentimentos de tristeza e fantasia de perda da família . Na oportunidade das fábulas foram apresentadas quatro lâminas para a criança e, em duas delas (F4 - Fábula da viagem, e F10 - Fábula do sonho mau), C2 apresentou a fantasia de agressão deslocada para o ambiente. Entende-se que o conteúdo que a criança produz com base nas fábulas F4 e F10 somente adquire significado quando examinado em conjunto com outros dados da criança, como outros testes ou história clínica. No caso de C2, as fantasias resultantes do momento com as Fábulas, em conjunto com os relatos dos pais (P2 e M2) somado aos Desenhos de C2, reiteram a possibilidade de que a criança entendia o ambiente familiar como agressivo e hostil. É possível pensar ainda que o ambiente familiar e o relacionamento com a mãe não acolhiam o sofrimento do menino e, dessa forma, C2 entende o ambiente como não continente às suas demandas emocionais.

“Eu, o pai e a mãe. (...) [E pra onde iria?] Pro espaço. Mas pra voltar lá de cima, mais fácil que subir, cai voando. (...) O avião cai com tudo assim de bico e a gente morre”. (C2 em F4 – Fábula da viagem)

“Com a mãe e o pai. [O que que acontecia nesse sonho?] Eles brigaram, e daí ele (a criança) morreu e daí ele (a criança) acordou por causa disso”. (C2 em F10 – Fábula do sonho mau)

A frequência e o manejo escolhido pelos pais para essas situações, possivelmente atuou no funcionamento emocional de C2, que se encontrava fragilizado naquele momento. Nas fábulas F2 (Festa de aniversário de casamento), F4 (Fábula da viagem) e F10 (Fábula do sonho mau) a fantasia de morte e fuga foi sinalizada. Neste sentido, a incidência de uma mesma fantasia no conteúdo das fábulas faz pensar que para C2 as situações de conflitos foram demasiadas para sua condição de filho e criança.

“Ah eu acho que teve uma briga. [É? Quem será que brigou?] Os outros (...) Os pais. [E a criança?] Foi lá pro quintal. [E como é que ela se sentiu?] Não sei. Ela fugiu de casa. [Hum e como ficou essa criança depois que fugiu?] Morreu eu acho”. (C2 em F2 – Festa de aniversário de casamento)

“Eu, o pai e a mãe. [Os três não vão mais voltar pra casa?] (silêncio) Pro espaço. Ia ter estrela e eu ia ter que ir com uma roupa de espaço. Mas pra voltar lá de cima, mais fácil que subir, cai voando. [É? E chega todo mundo bem aqui?] Ah não. O avião cai com tudo assim de bico e a gente morre”. (C2 em F4 – Viagem)

“Com a mãe e o pai. [O que que acontecia nesse sonho?] Eles brigaram, e daí ele morreu e daí ele acordou por causa disso. [Quem morreu?] A criança. É porque ela tropeçou e deu de cara assim no chão. [E o que mais que aconteceu?] Sem dúvida”. (C2 em F10 – Sonho mau)

“Eu acho que o C2 sempre foi assim, agitado, sabe? Eu não sei se piorou ou não com a separação. Eu me lembro que antes, quando eu tava com o pai dele, ele já era, como te contei nas viagens. Às vezes ele fala assim, agora ele não tem falado mais, mas esses tempos ele disse: ‘Porque ninguém gosta de mim, porque todo mundo briga comigo, todo mundo me xinga, porque eu vou me matar’”. (M2)

O conteúdo representado nas fábulas também foi retratado pelo pai de C2, o qual relatou a ocorrência de brigas e desentendimentos entre ele e a mãe de C2. O pai percebia que estas situações incomodavam o filho, interferindo possivelmente nas suas emoções e vivências internas.

“Ah, às vezes a gente dá uma discutida. [E na época que vocês eram casados, vocês brigavam?] Brigava. Não eram grandes brigas. Olha, eu acho que alguma vez ele viu, alguma vez. [E ele falava alguma coisa?] ‘Para de brigar!’ isso ele já falou. Ele chorava às vezes.”. (P2)

No que se refere à compreensão da criança acerca da separação conjugal dos seus pais, observa-se que este processo estava em construção. Nas fábulas e em dois, do total de quatro Desenhos-estórias da família, a família foi representada como reunida, o que pode sinalizar um desejo de agregação familiar. No entanto, nos momentos em que a criança retratou a família reunida, nos desenhos, fábulas e estórias relatadas apontaram situações de divergências. A respeito do desejo de família reunida, é possível pensar que a relação conflituosa com a mãe pode ter sido característica do período posterior ao divórcio e que mesmo diante de vivências em um clima familiar difícil, C2 ainda deseja que os pais fiquem juntos.

“Eu disse que com o pai dele nós não dava mais certo né? Que a mãe conheceu esse outro tio (...) Ele dizia: Ah mãe, eu queria que tu ficasse com o pai”. (M2)

“A gente (P2, M2 e C2) tá correndo. Correndo de um leão que tava por aqui, só que não tava aparecendo porque tem cerra (cerração) embaixo. [Como assim cerra?] Sabe aquelas nuvens que vem pra baixo”? (C2- Desenhe uma família)

Os pais relataram que ambos (P2 e M2), em momentos diferentes, comunicaram ao filho sobre a decisão da separação conjugal. No entanto, o processo de compreensão e aceitação da separação conjugal dos pais de C2 apresentou-se como algo muito difícil para a criança. As situações posteriores ao divórcio, como a saída da mãe e da criança para a casa do namorado da mãe, a organização da convivência com o pai e, em especial, a decisão de voltarem a dividir a mesma residência, mesmo que em momentos alternados, foram fatos os quais podem ter atuado no sentido de reforçar a fantasia de família reunida, mesmo que as atitudes dos pais, individualmente sinalizassem outra realidade.

“Eu falei com ele. Conversei com ele. Eu disse que a mãe e o pai vão se separar, e a mãe conheceu o namorado. A mãe vai ficar junto com ele, que o pai e a mãe não deu mais certo”. (M2)

[Quem é que contou pro C2 que vocês iam se separar?] “Assim, eu sai dizendo devagarzinho assim. (...) Ela saiu. Ela foi embora”. (P2)

[E o que tu acha mais marcante na vida do C2? Um evento, alguma coisa que tu lembra que foi mais marcante? “Silêncio. É eu acho que só da separação de repente, né? A gente pensa que não atinge né? Mas acho que sim”. (M2)

Pode-se pensar que a separação conjugal dos pais de C2 teve um impacto emocional considerável nas relações parentais e no desencadeamento de uma possível desorganização psíquica anteriormente já existente na criança. A adversidade nesta família, que vivenciava o contexto pós-divórcio, foi o ambiente familiar conturbado e pouco continente às necessidades emocionais do menino, que identificava no pai a possibilidade de continência. No entanto, a profissão de P2 exigia que estivesse ausente na maioria dos dias da semana. Desta forma, C2 ficava aos cuidados da mãe, que naquele momento, sinalizou ter poucos recursos disponíveis para dar conta da situação do filho.

Família 3

Essa família é composta pela mãe (M3) e pelo pai (P3) de uma menina, C3A e um menino, C3B, ambos com seis anos e seis meses. A mãe estava com 40 anos e dedicava-se ao cuidado dos filhos e da casa, o pai com 41 anos trabalhava como professor em uma Instituição de Ensino Superior e dedicava-se 40 horas por semana a esta função. Juntos tiveram um casamento de oito anos e há um ano decidiram separarem-se conjugalmente. No momento em que o ex-casal optou pela separação, a família estava residindo há quatro anos e meio em outro estado. A mãe, em conjunto com sua família de origem, decidiu retornar para o Rio Grande do Sul, onde morava anteriormente à mudança, a fim de ter apoio da família extensa. Em um mês a mãe e os filhos retornaram para o estado de origem, em contrapartida, o pai permaneceu no estado em que a família residia.

As crianças e a mãe foram recebidas e apoiadas pela família de origem da mãe, até que a família conseguisse se organizar em termos de encontrar uma casa, matricular as crianças em uma escola no meio do ano escolar e ainda, inserir a mãe no mercado de trabalho. Todas as medidas da ordem de funcionamento familiar foram adotadas, e assim, em aproximadamente quatro meses, as crianças e a mãe tinham uma nova e atribulada rotina diária. As crianças foram matriculadas em uma escola em que ficavam os dois turnos e a mãe também se inseriu em um trabalho no mercado formal que exigia 40 horas semanais de dedicação.

O pai seguiu residindo em outro estado e nas atividades profissionais que desempenhava anteriormente à separação conjugal. Inicialmente, pai e filhos mantinham contato através do uso de tecnologias de comunicação, como o celular. As visitas entre eles eram espaçadas com mais de dois meses de intervalo no primeiro ano da separação. O pai (P3) foi contatado por telefone pela pesquisadora, mas optou por não participar (via Web ou presencialmente) da pesquisa.

Criança C3A

(1) Relação com os pais

A criança C3A é uma menina, com seis anos e seis meses, irmã de C3B. O comportamento da menina foi descrito pela mãe como de difícil manejo, antes mesmo da separação conjugal. Após a separação conjugal e frente às mudanças na rotina da mãe e dos

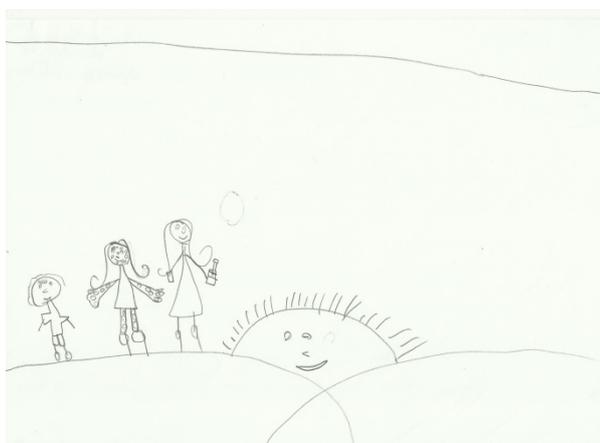
filhos, a mãe relatou perceber uma acentuação de algumas características do comportamento da filha, principalmente direcionado à figura da mãe.

[Quando eles (crianças) chegaram (de volta ao Rio Grande do Sul), você lembra alguma mudança no comportamento deles?] “A C3A, ela não teve uma mudança, ela teve uma acentuação. (...) Eu consegui pelo plano de saúde umas sessões com uma psicóloga e ela se acalmou um pouco, mas ela tem, ela tem os chiliques dela. Ela grita e esperneia”. (M3)

“A C3A, a impressão que tenho é que ela tem que botar para fora. Ela não sabe o que ela está sentindo, ela tem que colocar para fora e é com raiva. [Ela chega a agredir algum coleguinha, ou algo assim?] Não, só a mãezinha mesmo! E tentou bater na minha mãe (avó)”. (M3)

A percepção de que C3A tenha a necessidade de um comportamento mais externalizante nas relações parentais, também foi referida pelo irmão C3B na oportunidade do Desenho Estória da Família, em que a consígnia foi a de desenhar uma família em que alguém não está bem. Nesta produção gráfica, ambos os irmãos estão doentes e C3A foi retratada com a doença “catapora”, doença em que o sintoma principal é externo.

“O C3B com febre, a C3A com catapora e a mãe, normal”. (C3B – Desenhe uma família em que alguém não está bem)



[Desenho da família em que alguém não está bem]

A mãe M3 relatou que houve um momento em que as crianças foram comunicadas da decisão da separação conjugal. Nesta ocasião estavam ela (M3), o pai (P3) e os filhos. Chama a atenção que a notícia e as definições posteriores foram comunicadas aos filhos pela mãe apenas, mesmo o pai estando presente na cena. Nesse sentido, essa posição do pai remete à

posição que a figura paterna assumiu no contexto pós-divórcio para as crianças. O pai (P3), nesta pesquisa, foi pouco referido pelos filhos, bem como nas suas produções.

[E o que foi dito para as crianças?] “Eu chamei as crianças para falar, porque eu vi que ele não ia falar nada né? [Estava só tu nessa conversa, ou o pai estava também?] Não, tava ele. No dia seguinte, eu falei: ‘Vamos falar com as crianças’? E ele: ‘Vamos, vamos’. Só que ele não abriu a boca com as crianças. Eu comecei a falar, aquela conversa clássica, papai e mamãe, a gente não vai mais morar aqui. Não, não foi papai e mamãe. Eu disse: ‘Olha, a vovó tá vindo aqui nos buscar, nós três vamos morar no Sul, o papai vai morar aqui. O papai e a mamãe não vão mais morar juntos, vocês vão morar com a mãe’. [Algum (dos filhos) falou alguma coisa?] Não, eles só ficaram olhando”. (M3)

(2) A criança diante do divórcio: compreensão e fantasias

No momento da pesquisa, C3A mostrou-se fragilizada emocionalmente mediante o contexto pós-divórcio dos seus pais. É possível pensar que o momento com os Desenhos Estórias da Família pode ter sido difícil para a menina, que na maior parte do tempo manteve-se em silêncio (ao realizar os desenhos) e falou somente ao responder o que a pesquisadora perguntava. Esses sinais do comportamento de C3A podem ser encontrados nas suas produções gráficas e verbais, os quais referem um sentimento de não existência e a representação do pensamento mágico que talvez atuasse como agente de resolução dos conflitos internos e familiares da criança.

[Desenhe uma família qualquer] (Silêncio) “Eu vou ser a última desenhada. [É você agora?] Não, é meu avô. Eu não tô aqui. (Silêncio) Deu... terminei. [Então vamos lá, me conta, quem é aqui?] Minha vó, minha mãe, meu irmão, meu avô e eu. [Me diz um nome para teu desenho?] Família”. (C3A – Desenho de uma família qualquer)

Silêncio (todo o tempo do desenho) “Deu. [Quem é essa aqui?] Uma fada. [Essa é a família que tu gostaria de ter?] É”. (C3A em Desenhe uma família que você gostaria de ter)



[Desenho uma família que você gostaria de ter]

Nas fábulas F1 (Fábula do passarinho) e F2 (Fábula do aniversário de casamento) a menina manifestou fantasias de morte. Nesse sentido, entende-se que o rol de mudanças após a separação conjugal dos pais (estado, casa, escola) em um curto período pode ter atuado como desencadeador da sensação de estar desprotegida e fragilizada emocionalmente.

“Ele tava saindo daí uma pessoa pisou nele e ele morreu. [Ah, nessa casa havia pessoas que nem nós?] Aham, e ele é bem pequenininho. Ele era do tamanho da formiga”. (C3A em F1)

“Ela entrou e daí ela tropeçou em uma pedra gigante e caiu e morreu”. (C3A em F2)

A mudança de estado em pouco tempo após a decisão dos pais em separarem-se pode ter atuado no processo de compreensão de C3A a respeito da situação familiar no contexto pós-divórcio. É possível pensar que houve uma significativa ruptura da convivência dos filhos com o pai, uma vez que não estão em cidades próximas e dessa forma a fantasia de final da família ganha força no imaginário da menina.

[Alguém da família pegou um avião para bem longe, longe, longe e não vai mais voltar para casa. Quem é?] “Meu pai, é... Eu, o C3B e minha mãe. [Não vão mais voltar para casa?] Para a casa de B.(cidade), não”. (C3A em F4 – Fábula da viagem)

Criança C3B

(1) Relação com os pais

A criança C3B é um menino, irmão da participante C3A e reconhece na mãe o papel de cuidadora e de continência no ambiente familiar. O menino foi descrito pela mãe como o mais calado dos filhos, que não expressava para ela sinais de tristeza ou queixas após as mudanças. No entanto, no desenho o menino se retrata como a figura que não está bem, com sintomas de um estado doentio, assim como a irmã. Dessa forma, pode-se dizer que o silêncio de C3B sinalizava algo na família.

[Uma família e tem uma pessoa que não está bem.] “E que não tá lá? [Tu que sabe, ela pode estar aí ou não.] Tá, ela vai estar. Vai ser eu, tá? [Que não tá bem?] É, eu tô com febre. Só para você entender, esses risquinhos são da febre. O C3B com febre, a C3A com catapora e a mãe, normal. [E o que ela tava fazendo com vocês aí?] Tava pegando um remédio. Aqui é um remédio, e aqui um copo. Ela pegou de novo para a C3A pegou, colocou de novo no copo e deu para mim. Aí o remédio deu efeito e passou”. (C3B - Desenhe uma família em que alguém não está bem)

Já em relação ao pai (P3), o menino o incluiu nos desenhos da família que gostaria de ter e no desenho da sua família. A mãe (M3) relata que o filho não fala nada a respeito da figura do pai para ela.

“Tu vai ver que eles têm uma certa maturidade assim, nesse aspecto. Porque eles não me falam nada. Eu pergunto se eles querem falar com o pai, e eles não. Até que eu disse assim: ‘A mãe não se importa. Claro que me importo, mas eles não precisam saber. Aí, não.’ Porque na frente deles, eu tava firme, em pé, enquanto eles estavam acordados. Depois, quando eles iam dormir, eu me acabava, porque eu sempre procurei que fosse menos traumático”. (M3)

(2) A criança diante do divórcio: compreensão e fantasias

Com base nos Desenhos Estórias da Família, entende-se que a compreensão e aceitação do divórcio dos pais de C3B apresentava-se em construção e carregada de considerável carga emocional para a criança. Para esta criança, o divórcio simbolizou o final da família que tinham, referindo-se à configuração de origem. Manifestou fortemente o desejo de que a família permanecesse como anterior à separação.

Nos momentos em que a pesquisadora falou a consígnia em todos os desenhos (Uma família qualquer, a família que gostaria de ter, uma família em que alguém não está bem e a sua família), C3B parecia pedir autorização para manifestar o desejo de desenhar a sua família com a configuração anterior ao divórcio. Assim, é possível pensar em certa dificuldade do

menino em conceber a nova configuração familiar, uma vez que ainda oscilava entre a família do passado e a de hoje, gerando assim, possivelmente, sentimentos de desconforto emocional.

[Desenhe uma família qualquer] “Pode ser a minha? [Claro, pode ser a que tu quiser.] Pode ser uma família pequena? De quatro? [Pode ser.] Ou de três? [A que tu quiser.] A de três”. (C3B em Desenhe uma família qualquer)

[Nesse desenho é uma família que você gostaria de ter] (...) “E agora, com três ou com quatro? (pessoas) [Como tu quiser. Essa tu pode imaginar.] (...) [Quem está aí?] Eu, minha mãe, a C3A e meu pai. [E o nome para essa história?] Família de quatro”. (C3B em Desenhe a família que você gostaria de ter)

“São duas pessoas? [Quem tu quiser.] É a C3A essa. E essa é minha mãe. E agora vou desenhar o pai? [Tu quem sabe.] Ai, não quero. [Não quer desenhar ele?] Eu sou da família de três. (segue desenhando) (...) [E como é o nome dessa história?] Doente”. (C3B em Desenhe uma família em que alguém não está bem)

[Desenhe a sua família] “A de três? [A que tu quiser.] É que a de três foi primeiro. A de quatro, pode ser a de quatro? [Aham.] Não tem problema se eu não desenhar cabelo? [Não tem problema.] Eu só vou fazer assim, porque meu pai tem cabelo assim. Ele não tem cabelo aqui. (...) Meu pai, minha mãe, eu e a C3A. Nós estamos lá fora curtindo a grama. Meu pai tá! Brincando de pega-pega”. (C3B em Desenhe a sua família)

A mãe percebia em C3B uma forma mais contida de expressar suas emoções, no que tange ao assunto divórcio e às circunstâncias advindas dessa decisão dela e do ex-marido. Nas fábulas F1 (fábula do passarinho) e F2 (festa de aniversário de casamento) C3B traz verbalizações que reafirmaram sua situação emocional, a qual transitava entre a compreensão do que realmente aconteceu (fragmentação da unidade familiar e posterior reorganização familiar atual) e o sentimento de tristeza pelo acontecido.

“E a primeira coisa (depois que falou sobre a mudança de estado) que o C3B perguntou foi: ‘Eu nunca mais vou ver a A (colega e amiga de C3B)?’ Eu disse: Não filho, a A tem os avós lá no sul e quando ela for para lá vocês podem se ver”. (M3)

(...) “o C3B sempre foi mais dócil”. (M3)

[Um papai e uma mamãe pássaros e seu filhote passarinho estão dormindo num ninho, no galho. De repente começa a soprar um vento muito forte que sacode a árvore e o ninho cai no

chão. Os três passarinhos acordam num instante e o passarinho papai voa rapidamente para uma árvore, enquanto a mamãe passarinho voa para outra árvore. O que vai fazer o filhote passarinho? Ele já sabe voar um pouco...] “Daí o filhote vai gritar, e a mamãe vai buscar. [E depois disso?] Depois contruíram outro ninho”. (C3B – F1)

[É a festa de aniversário de casamento do papai e da mamãe. Eles se amam muito e dão uma bela festa. Durante a festa, a criança se levanta e vai ficar sozinha no fundo do quintal. Por quê?] “Porque ela tava triste, olha. (...) Depois ela entrou de volta. [E lá dentro, como ficou?] Ela fingiu que estava feliz”. (C3B- F2)

A fábula 4 (Fábula da viagem) pergunta quem viajou para muito longe e não vai mais voltar, investigando a hetero ou autoagressividade, culpabilidade e autopunição. Neste momento, C3B retoma o controle das emoções expostas em momentos anteriores (F1 e F2), restringindo sua expressão sobre o entendimento do divórcio de seus pais. Nesta fábula foi possível pensar que, na compreensão da criança, a mãe desejou separar-se do pai, definindo todo movimento da separação como sendo uma escolha da mãe.

[Alguém da família pegou um avião para bem longe, longe, longe e não vai mais voltar para casa. Quem é?] “É a mãe. Porque ela quis se separar do pai”. (C3B em F4)

A separação conjugal dos pais, na família 3, foi sentida e estava sendo assimilada de maneiras diferentes pelas duas crianças. As mudanças que aconteceram após a decisão dos pais foram significantes, alteraram a rotina da família e limitaram a convivência das crianças com seu pai, exigindo capacidades adaptativas de todos os membros envolvidos. Além das modificações em decorrência da separação conjugal, um aspecto importante nesta família refere-se a que, no momento da pesquisa, havia transcorrido pouco mais de um ano da separação, logo as emoções e a compreensão por parte das crianças estavam em processo de construção.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

(1) Categoria Relação com os pais

A contemporaneidade e o estudo das relações familiares têm se ocupado a ampliar o olhar direcionado para as famílias. Nesse sentido, parte-se do entendimento de família no plural, logo, assim como defendido por Brito (2007), considera-se que a pluralidade precisa estender-se ao olhar das estruturas familiares após o rompimento conjugal. Nesta pesquisa, foi possível perceber que as vivências, sentimentos e reorganizações das famílias participantes no contexto pós-divórcio se apresentaram com particularidades em alguns momentos e, em outros, similares entre si.

As quatro crianças projetaram através dos desenhos e das fábulas diferenças nos lugares ocupados pelas figuras parentais no contexto familiar após a separação conjugal. No material produzido pelas crianças participantes (C1, C2, C3A e C3B) foi possível perceber diferenças a respeito dos significados que as relações parentais assumiram no contexto do pós-divórcio. Para dois dos participantes, aos pais (P1, P2) foi destinada uma posição caracterizada pela afetividade, ao passo que, para três deles, a figura das mães (M1, M2 e M3) ocupava uma posição de conflito.

Essa percepção das crianças acerca das mães poderia estar sinalizando o envolvimento das figuras maternas com as questões mais reais da rotina familiar no contexto pós-divórcio. Nestes contextos familiares as mães (M1 e M2) ficavam com as crianças na maioria dos dias da semana, enquanto que os pais se organizavam para os finais de semana e algum dia de semana. Logo, a relação das crianças com as mães envolvia as questões de adaptações financeiras, reorganização do sistema familiar e, ainda, os sentimentos das mães mediante a dissolução conjugal. Esses resultados corroboram os achados em pesquisas que se propuseram a lançar um olhar para as relações parentais após a separação conjugal. Hetherington (1993) em um estudo longitudinal com crianças e adolescentes no estado da Virgínia, nos Estados Unidos e mais tarde Grzybowski e Wagner (2010a, 2010b), através de entrevistas e escalas de práticas parentais com pais e mães divorciados em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, consideraram que, no contexto pós-divórcio, as mães se encontravam mais envolvidas nas práticas educativas parentais e de uma forma global com seus filhos do que os pais. As autoras (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010a, 2010b) reforçam que a mensuração do envolvimento parental deve considerar os arranjos de coabitação e visitação.

De modo singular, neste estudo, para a figura materna foi compreendida pelos filhos (C3A e C3B) como continente, ocupando o lugar do cuidado. Por outro lado, em outros momentos, por ser a única figura parental na rotina familiar, a mãe sentia-se também no lugar do conflito com filhos, que se manifestava em momentos de explosão da filha e de silêncio do filho.

É importante considerar que, ao mesmo tempo em que são mais exigidas pelos filhos, as mães encontram-se em um momento de maiores dificuldades. A esse respeito, Raposo et al. (2010), com base na revisão agregativa realizada, reiteraram que as mudanças na vida familiar após o divórcio, perpassando os ajustes financeiros e consequente redução no padrão de vida da criança, podem influenciar de forma indireta o ajustamento da mãe pós-divórcio. Nesse sentido, a mãe pode apresentar alterações no humor e na capacidade de prover os cuidados adequados para a criança quando ela é sua principal cuidadora. A polêmica questão financeira se apresentou como agente de insatisfação de ambos os lados da relação parental, atravessando assim os sentimentos dos ex-cônjuges e apresentando-se como causadora de conflitos (GRZYBOWSKI; WAGNER, 2010a, 2010b).

Observou-se grande carga e desgaste emocional das mães (M1, M2 e M3) no momento da pesquisa, associados às mudanças nas rotinas e responsabilidades com os filhos em um momento em que se encontravam ainda fragilizadas mediante a dissolução da conjugalidade. Logo, é possível pensar que as funções parentais encontravam-se diminuídas, bem como o olhar para os sentimentos do filho nesse contexto. Segundo Krüger (2009), os pais, em uma situação de divórcio, podem apresentar-se tomados de sofrimento, o que pode gerar certa imobilização diante das necessidades dos seus filhos. Brandão (2004), Carter e McGoldrick (2001) reiteram que dentre as tarefas do pós-divórcio, a mais complexa é a de manter os laços parentais enquanto se desfazem os laços conjugais.

Entende-se que após a decisão pelo divórcio, os ex-cônjuges podem precisar, em alguns casos, de muito tempo até que conquistem a estabilidade emocional. O tempo necessário para estabilizar as emoções dos ex-cônjuges pode significar razoável para um adulto, no entanto, corresponde a uma parcela significativa da vida de uma criança (BRANDÃO, 2004).

Além disso, os pais, dos quais as crianças dependem para os cuidados essenciais, e mesmo os integrantes da família extensa, geralmente não conseguem fornecer o apoio necessário a elas nesse momento, por estarem afetivamente envolvidos no processo. Nesse contexto, variáveis como as características intrapsíquicas e interpessoais, a vida social e a rede

de apoio da criança podem servir como recursos de enfrentamento para a criança, possibilitando uma transição menos dolorosa e mais saudável (SOUZA; RAMIRES, 2006).

As famílias que participaram da pesquisa realizavam um movimento sistêmico centrípeto, no qual a vida interna familiar é enfatizada, principalmente nos momentos de tomada da decisão pela separação conjugal. Tal movimento constitui-se como de aproximação da família de origem (ROLLAND, 1995), porém observou-se as famílias 1 e 2 não contaram com sua família de origem e extensa como redes de apoio, potencializando assim as dificuldades emocionais entre os pais e filhos, ao passo que a família 3 recebeu o apoio da família extensa materna no momento inicial da reorganização da nova rotina familiar. Neste caso, foi possível perceber a importância da mediação desta nova realidade pelos avós e tios, preservando as crianças das emoções dos ex-cônjuges envolvidos no processo da dissolução conjugal e consequentes demandas da decisão.

Entende-se que o divórcio constitui-se de um processo familiar com fases distintas. Usandivaras (1996) já havia observado que as etapas podem ser perpassadas por momentos de crises, transitando entre uma e outra, sendo esta desorganização necessária para que ocorram as transformações e novas estruturações. No entanto, para que a passagem do tempo seja um agente positivo neste processo, faz-se importante que os pais e a família ampliada funcionem como uma rede de apoio efetiva, atentos aos comportamentos e demonstrações das crianças.

Com base nos dados é possível afirmar que, no momento da coleta de dados, as quatro crianças participantes apresentavam nos desenhos e histórias alguma representação de tristeza, somada aos conteúdos das Fábulas, as quais refletiram fantasias das crianças de perda das suas famílias com relação à separação conjugal de seus pais. Entende-se que essas fantasias atuavam de forma não colaborativa no funcionamento emocional da criança no contexto pós-divórcio de seus pais, retomando a construção de que as crianças apresentavam uma compreensão negativa da decisão dos pais pela separação. Estudos nacionais (BRANDÃO, 2004; SOUZA; RAMIRES, 2006) e internacionais (GRYCH, 2005; MCINTOSH et al., 2009) que investigaram crianças com idades de cinco a 12 anos apontaram para a existência de sofrimento emocional da criança neste contexto de separação, podendo experienciar sentimentos de rejeição, culpa e solidão.

Um ponto importante na análise dos sentimentos de perda e de tristeza das crianças que intervêm na compreensão da separação dos pais, remete às relações parentais e à qualidade dos laços afetivos das crianças com seus pais (pai e mãe) ao longo do seu processo de desenvolvimento. Nesse sentido, os sentimentos de perda nas crianças, com exceção de C2,

pode-se dizer que estavam em acordo com o esperado no contexto familiar do pós-divórcio. Os comportamentos e relatos trazidos pelas crianças participantes podem ser entendidos como uma possível adaptação da criança e dos pais a um momento de crise.

No caso de C2, com base no conteúdo das fábulas e dos Desenhos-estória da família, percebeu-se uma possível desorganização emocional. Nesse sentido, faz-se importante direcionar o olhar para as relações parentais nesta família e pensar na qualidade do apego de C2, uma vez que os relatos da mãe direcionados ao filho – somados à compreensão que ele refletiu da figura materna como sendo impaciente para suas necessidades, não ocupando a figura de continência nesse relacionamento familiar – sinalizam a possibilidade de fissuras nas relações iniciais. Dessa forma, ao pensar o apego no desenvolvimento emocional, Bowlby (1984) referiu que o período das relações iniciais se constitui como importante base para o manejo dos desafios circunstanciais e relacionais da criança. A qualidade do apego nas relações iniciais se constitui no elemento que pode possibilitar que as manifestações do comportamento da criança frente aos processos de crise, como a separação conjugal dos pais, apresentem-se como transitórias ou sintomas adaptativos. Nesse sentido, atua como uma base estável e confiável nos momentos de crise. É possível pensar, então, que as crianças C1, C3A e C3B, mesmo diante das dificuldades com uma das figuras parentais e apresentando sentimentos de tristeza e desconforto emocional, estavam passando por um período de crise, enquanto que C2 possivelmente já apresentava dificuldades nas suas relações iniciais, as quais vieram a atuar na sua desorganização emocional diante a situação de crise e rompimentos. Logo, a desorganização emocional da criança C2 não pode ser entendida apenas como resultante da separação conjugal de seus pais.

Com relação a isso, segundo Brazelton (2003) faz-se necessário ter atenção com as crianças de três a seis anos nos contextos familiares que vivenciaram a separação conjugal, pois a realidade começa a ocupar um lugar maior no pensamento, o qual anteriormente dedicava um espaço quase que total ao pensamento mágico. Logo, nesta fase a criança passa a ter mais consciência dos acontecimentos à sua volta e precisa de uma estrutura emocional mínima que a auxilie a realizar manejos emocionais necessários.

No entanto, segundo Souza et al. (2012) não é toda dissolução da conjugalidade que provoca sentimentos negativos, havendo casos em que o vínculo afetivo entre pai e filho pode vir a ser fortalecido. Diante disso, os autores salientam a importância da constituição de uma boa relação com o pai após a separação conjugal, visto que essa protege a saúde mental das crianças e favorece o bem-estar subjetivo dos pais

(2) Categoria A criança diante do divórcio: compreensão e fantasias

Participaram deste estudo famílias de crianças em que seus pais estavam separados conjugalmente no período de no máximo dois anos. Com base nos relatos dos pais (pais e mães) das três famílias participantes, foi possível perceber que esta passagem de tempo constituiu-se, para os adultos, como um fator importante e reorganizador no cenário pós-divórcio. A passagem deste tempo cronológico viabilizou as necessárias reorganizações para os ex-cônjuges das famílias, como mudanças de residências, acordos de convivência com os filhos e demais rotinas que precisaram ser reformuladas.

Entretanto, para os filhos participantes este período de dois anos mostrou-se ainda insuficiente quanto às demandas emocionais advindas do cenário familiar no pós-divórcio, principalmente no que concerne à saída de um dos pais da residência da família e à nova configuração familiar. Todas as crianças participantes manifestaram tristeza pela saída de um dos pais da residência da família, logo as readaptações e acordos de convivência auxiliaram na compreensão do que estava acontecendo e ainda, estes acordos auxiliaram no entendimento do que seria a separação conjugal dos pais na visão das crianças.

Morrison e Cherlin (1995) confirmam este entendimento com relação às crianças, considerando que o período após a separação conjugal pode ser entendido como um período de crise, caracterizado principalmente pelas grandes mudanças geradas na vida da criança. Por outro lado, Souza (2000) considerou que esse período pode auxiliar a criança na compreensão da realidade após o divórcio, uma vez que já foi possível vivenciar algumas das reorganizações familiares. Logo, com o passar do tempo, o impacto emocional pode ceder espaço para adaptações.

O contexto familiar no pós-divórcio foi descrito pelos pais participantes como um período de grandes mudanças, as quais atuaram, em algum momento, como agentes de desestabilidade emocional familiar. Para as crianças este foi um período delicado, uma vez que ficaram como expectadoras, percebendo as mudanças de ordem prática e emocional de seus pais, como se não fossem parte delas. Nas famílias participantes observou-se que as decisões decorrentes da separação conjugal foram apenas comunicadas aos filhos, de maneira breve e sem incluí-los em alguma etapa da decisão como parte integrante da situação. É possível pensar que este manejo dos pais não auxiliou as crianças no período inicial do divórcio, uma vez que algumas situações como as reorganizações nas novas residências e, em

especial para as crianças C3A e C3B, a saída do estado em que moravam, mudança de escola e distância da figura paterna, podem ter potencializado nas crianças as fantasias de perda e de agressão deslocada para o ambiente.

Souza (2000), em um estudo com crianças e adolescentes da cidade de São Paulo (SP), reiterou esse entendimento, mencionando que as mudanças do cotidiano em razão da separação conjugal dos pais, como a mudança de casa, bairro, cidade, escola, transporte escolar e redução de contato com familiares do pai e da mãe foram consideradas mudanças desestruturantes, assim como as perdas emocionais. A este respeito, Costa (2000) e Schabbel (2005) sinalizaram que as interrupções das rotinas familiares e as reorganizações que o contexto pós-divórcio impõe podem vir a promover nas crianças a sensação de rejeição e abandono, bem como, possivelmente, o sentimento de depressão.

As crianças C3A e C3B podem ter sofrido mais com a separação dos pais pelo curto espaço de tempo em que se procederam as mudanças depois da separação conjugal, assim como pela amplitude das mudanças (mudança de estado, de cidade, de escola, volta da mãe ao mercado de trabalho). O conteúdo das fábulas sinalizou a presença de fantasias de agressão deslocada para o ambiente, abandono e impotência, indicando o impacto da separação dos pais sobre essas crianças.

Com relação às fantasias das crianças no contexto pós-divórcio de seus pais, pode-se dizer como predominante, entre as crianças participantes, a fantasia de agressão deslocada para o ambiente, na qual o agente agressivo está localizado no ambiente. Pode ser algo ou alguém que comete um ato agressivo contra o herói ou personagens da história, ou pode ser um ambiente hostil que priva ou expulsa. O mesmo dado foi encontrado em pesquisa realizada com crianças de quatro a 11 anos de idade, abrigadas da cidade de Porto Alegre e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul (SERAFINI, 2004), as quais refletem perdas que na maioria das vezes foram ocasionadas por elementos do ambiente externo.

As crianças, em sua totalidade, nesta pesquisa manifestaram o desejo e a fantasia de agregação familiar. Nesse sentido, esse desejo atuava na contramão da assimilação da nova configuração familiar pós-divórcio. Nos desenhos das crianças e também nas fábulas, em sua maioria, as respectivas famílias foram representadas com a configuração de origem. O que pode ser positivo, no sentido de as crianças estarem percebendo sua família atual como sendo constituída com a representação de ambos os pais, mesmo após a separação conjugal.

Nesta pesquisa, chama a atenção o processo representado pela criança C1. Após expressar a configuração desejada nos desenhos iniciais, representa, no último desenho

solicitado, o qual propôs que fosse realizado o desenho da sua família, a convivência com o pai em momento separado da convivência com a mãe, sinalizando possível elaboração e compreensão da separação dos seus pais e arranjos familiares posteriores.

Interessante destacar, também, a saída encontrada pela criança C3B ao referir ter duas famílias, a família com três integrantes e a família com quatro integrantes. Uma vez que ainda oscilava entre a família do passado e a de hoje, é possível pensar que a criança estava em processo também de adaptação dessa nova realidade, considerando o pouco tempo em que os pais haviam se separado.

Os Desenhos de famílias com Estórias foram considerados a técnica que possibilita à criança a projeção das suas atitudes e sentimentos em relação à sua família (ORTEGA, 1981; CORMAN, 1979), reforçando assim a compreensão dos desenhos pelo viés da expressão do desejo das crianças. O desejo de reunir a família como a configuração de origem corrobora o anteriormente assinalado por Ramires (2004) que também observou nos filhos, crianças e adolescentes, a existência de fantasias e desejos de reunir a família, bem como sentimentos de perda e tristeza.

A compreensão das crianças participantes acerca do acontecimento da separação conjugal dos seus pais apresentou-se como em construção e restrita à saída de uma das figuras parentais da residência da família e às reorganizações e combinações para manutenção da convivência com ambos os pais. No momento dos desenhos de família com estórias, todas as crianças participantes mencionavam que os pais haviam se separado e que uma das figuras parentais agora tinha outra casa. Entende-se que para as crianças o divórcio acaba por se restringir às consequências práticas da decisão, uma vez que as reorganizações se tornam a parte do fim do relacionamento dos seus pais que atuam diretamente sobre as vidas e sentimentos das crianças. Nesse sentido, Souza e Ramires (2006), referiram que a separação conjugal e o consequente divórcio, constituem-se em um fenômeno familiar complexo para o universo infantil. Uma vez que envolve grande carga emocional e pouca ritualização ou validação social construtiva, desafiando a capacidade infantil de dar coerência e significado às mudanças e interações em pauta.

Outro aspecto que transpunha as crianças para a realidade do contexto pós-divórcio, foi a inserção de novos integrantes no convívio familiar. Nas famílias 1 e 2 as crianças conviveram, em alguns momentos, com os(as) namorados (as) dos seus pais e essa situação nova não passou despercebida pelas crianças. Na família 1, foi motivo de dificuldades de relacionamentos entre a C1 que havia formado um vínculo de amizade com a nova integrante

apresentada pelo pai, sua mãe e irmã, as quais relacionavam-se de modo conflitante com a nova realidade paterna. Nesta família, C1 não nomeava a N1 como par afetivo do pai, mas reconhecia que a relação de N1 com P1 trouxe outro marco para as relações nesse contexto apresentado. Para as crianças, um novo relacionamento amoroso das figuras parentais pode ter atuado como um agente externo que encerra de fato a relação entre os pais. Um estudo realizado por Brito (2007) realizou entrevistas com filhos de pais separados com faixa etária de 21 a 29 anos, e constatou a significativa dificuldade relatada pelos filhos, mesmo enquanto adultos, em aceitarem o divórcio no seu significado real, ou seja, o fato dos pais estarem descasados possibilitava que houvesse novas relações ou uniões conjugais. Os filhos relatavam não conseguir vincular a(o) companheira(o) como pertencente à sua família, também por lealdade com o outro genitor, em alguns casos, não se sentiam autorizados a se vincular positivamente às madrastas ou aos padrastos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sinalizou a pluralidade de fantasias e compreensões das crianças que vivenciaram a separação conjugal dos seus pais. Com isso, constituíram-se como fundamentais nesse processo as características das relações parentais e os vínculos entre os pais e seus filhos. Entendeu-se que a decisão do ex-casal irá reverberar na vida dos filhos inevitavelmente, uma vez que as conseqüentes mudanças e reorganizações atuaram no imaginário das crianças envolvidas nesse contexto.

Entendida como uma crise, e também como um processo viabilizador de reorganizações, pode-se dizer que a separação conjugal tem forte impacto no cenário familiar, principalmente nas famílias que envolvem crianças. O casal que tem filhos e decide pela separação conjugal tem a difícil e longa tarefa de equilibrar as emoções e sentimentos que envolvem o papel de ex-cônjuges com as funções parentais. No mesmo sentido, os filhos enfrentam o desafio de compreender essa nova realidade e a nova configuração familiar em um contexto que as figuras parentais não se encontram totalmente disponíveis para oferecer o suporte emocional necessário.

Neste estudo, os filhos envolvidos no processo de separação dos seus pais desenvolveram fantasias de abandono e de morte. Dessa forma, sinalizando a dimensão da situação da separação dos pais na visão das crianças envolvidas. Mesmo que os pais participantes, em sua maioria, mostraram-se preocupados com seus filhos, a preocupação e atitudes tomadas não inviabilizaram as fantasias das crianças de serem deixadas, abandonadas em meio ao turbilhão de mudanças no contexto familiar. A partir disso, pode-se pensar na importância de se destinar atenção especial às crianças nos contextos de separação conjugal. Deste modo, ressalta-se a necessidade de realizar uma escuta desta criança nas etapas do processo de separação, viabilizando um espaço para vazão de angústias, dúvidas e fantasias. Mesmo com o envolvimento, afeto e preocupação dos pais, o evento da separação conjugal pode gerar medo e ansiedade na criança, pois ela se encontra em uma posição de pouco controle sobre os eventos posteriores à decisão de separação. Nesse cenário ainda, o raciocínio lógico da criança pode ser permeado pelas fantasias, por isso um acompanhamento da criança possibilitará a viabilização do equilíbrio entre o real e fantasia, o medo do novo e o enfrentamento da nova realidade, que também pode ser o caminho de vivências positivas.

Entende-se também, que o envolvimento de outros membros da família os quais não estejam implicados diretamente na situação podem proporcionar para as crianças outras vivências e assumirem uma rede de apoio.

As fantasias manifestadas pelas crianças com o rompimento da configuração familiar de origem foram atuantes no processo de compreensão do divórcio dos seus pais. As crianças, em sua totalidade nesta pesquisa, manifestaram o desejo de que sua família permanecesse unida, desta forma, esse desejo atuava na contramão da assimilação da nova configuração familiar pós-divórcio. Nesse sentido, percebe-se a importância de estar viabilizando para a criança a leitura de que a família existe na sua pluralidade, de que as configurações não determinam a qualidade dos vínculos e das relações parentais. No entanto, para que a criança compreenda as transformações familiares e os vínculos nesse processo, os pais e a família extensa precisam compartilhar deste entendimento, uma vez que serão fundamentais nessa mediação com a criança.

Com isso, reforça-se a importância de intervenções da psicologia com famílias que vivenciam a separação conjugal. Entende-se que propiciar um espaço em que as pessoas sejam ouvidas de forma contínua, não somente nos momentos iniciais ou de crise, auxiliará em reorganizações funcionais e emocionais. Assim, além do espaço de terapia familiar ou individual, uma possibilidade de intervenção da psicologia pode ser através de grupo com famílias (ou membros) que vivenciaram este processo, uma vez que esta ferramenta pode ser viabilizadora de reorganização e também de importante identificação para as pessoas envolvidas nesse situação.

Com relação às crianças, foi possível pensar ainda que as possíveis repercussões da separação dos pais podem se manifestar através de desorganizações emocionais. Para algumas crianças as situações de desorganização constituíram-se como transitórias e até mesmo, pode-se dizer, esperadas no contexto pós-divórcio. Considerando isso, reforça-se a importância das relações iniciais entre os pais e seus filhos, uma vez que relações de apego estabelecidas permitem a transitoriedade e não o estabelecimento da desorganização. Assim, faz-se importante pensar um processo terapêutico para a criança que compreenda as relações parentais e a presença efetiva das figuras parentais no acompanhamento.

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou salientar a importância de olhar o fenômeno da separação conjugal através da ótica das relações familiares, possibilitando o acesso às diferentes construções individuais e subjetivas acerca da mesma situação. Dessa

forma, observou-se a importância da rede familiar, considerando suas especificidades e limitações em cada caso.

Vale ressaltar que o método escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, o exploratório qualitativo, configurou-se como eficaz, uma vez que possibilitou o acesso ao fenômeno estudado, suas relações e o contexto em que se insere. O delineamento de estudo de casos permitiu que houvesse aprofundamento dos dados, e os instrumentos utilizados nesta pesquisa atuaram como mediadores entre os universos externos e internos das crianças participantes, abarcando a compreensão do sistema familiar e as relações parentais na perspectiva dos participantes. Neste estudo, o instrumento projetivo somado à técnica de desenhos com as crianças atuou como complementar um do outro. Os desenhos e as histórias das fábulas se complementavam e, dessa forma, construíam o entendimento na perspectiva interna da criança. Da mesma forma, as entrevistas com os pais foram ao encontro de contextualizar os dados dos filhos. Ressalta-se a importância de mais de um instrumento em estudos envolvendo famílias, visando à complementaridade de um integrante na produção do outro.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se a necessidade de um espaço de saúde mental pública que se dedicasse ao atendimento de famílias. Nesse sentido, o grupo de pesquisa o qual a pesquisadora faz parte organizou um projeto para atendimento psicológico de famílias com crianças que vivenciaram a separação conjugal, o qual se encontra em pleno desenvolvimento atendendo famílias e crianças nesse contexto.

O estudo apresenta limitações, uma vez que este é o recorte de uma realidade, pois se refere ao estudo destes casos apresentados. Ainda assim, entende-se que a realização desta pesquisa pode colaborar na contínua construção do conhecimento científico da psicologia, principalmente nas práticas em acompanhamento psicológico individual e familiar, com crianças e famílias que vivenciam e vivenciaram o contexto da separação conjugal.

8. REFERÊNCIAS:

- AMATO, P.R; KEITH, B. Parental divorce and adult well-being: A meta- analysis. **Journal of Marriage and the Family**, 53, p. 43-58, 1991.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Ed. 70, 1979.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa como texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRANDÃO, E.P. A interlocução com o direito à luz das práticas psicológicas em Varas de Família. In BRANDÃO, E. P.; GONÇALVES, H.S. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2004.
- BRASIL. **Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos**. Brasília: Ministério da Saúde. Diário Oficial da União, 1996.
- BRAZELTON, T.; SPARROW J. **Três a seis anos: Momentos decisivos do desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BRITO, L.M.T. Rupturas familiares: Olhares da Psicologia Jurídica. In ARPINI, D.M.; CÚNICO, S. D. (Org.). **Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos**. Curitiba: CRV, 2014. p.11-26.
- BRITO, L.M.T. Família Pós-divórcio: A Visão dos Filhos. **Psicologia Ciência e Profissão**, 27 (1), p. 32-45, 2007.
- BUSSELL, D.A. A pilot study of African American children's cognitive and emotional reactions to parental separation. **Journal of Divorce and Remarriage**, 24, p. 1–22, 1995.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- CHILDREN AND FAMILY COURT ADVISORY AND SUPPORT SERVICE, CAFCASS. **Time for children**. Recuperado em Setembro de 2014, de <http://www.cafcass.gov.uk>, s.d
- CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. Ciclo Vital da Família Brasileira. In OSÓRIO,

L.C., VALLE, E.P. (Org). **Manual de Terapia Familiar-Manual I**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p.25-37.

CIGOLI, V. O Rompimento do Pacto. In ANDOLFI, M. **A crise do casal: Uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 171-199.

CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA- CFP. **Resolução CFP n.º 016/2000, sobre realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos**, 2000.

CORMAN. **O teste do desenho da família**. São Paulo: Mestre Jou, 1979.

CUNHA, J. A.; NUNES, M. L. T. **Teste das Fábulas: Forma verbal e pictórica**. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisa em Psicologia, 1993.

CÚNICO, S.D.; ARPINI, D. M. O afastamento paterno após o fim do relacionamento amoroso: um estudo qualitativo. **Interação Psicologia**, 11, p. 99-108, 2013.

DÜSS, L. **Fábulas de Düss: O método das fábulas em psicanálise infantil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1986.

FEREZ-CARNERO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, 8(3), p. 367-374, 2003.

GUIMARÃES, N.; AMARAL, A. C. Famílias com filhos de casamentos anteriores. In OSÓRIO, L.C.; VALLE, M. E. P. (Org.). **Manual de Terapia Familiar I**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias Monoparentais: Mulheres divorciadas chefes de família. In WAGNER, A. (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39-53.

GRZYBOWSKI, L. S. Ser pai e ser mãe. Como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio? In WAGNER, A. (Org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p.112-121.

GRZYBOWSKI, L.S.; WAGNER, A. Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 26 n.1, p.77-87, 2010a .

GRZYBOWSKI, L.S.; WAGNER, A. O Envolvimento Parental Após a Separação/Divórcio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 23(2), p. 289-298, 2010b .

GRYCH, J. H. Interparental conflict as a risk factor for child maladjustment: Implications for the development of prevention programs. **Family Court Review**, 43, p. 97-108, 2005.

HETHERINGTON, E.M.; STANLEY-HAGAN, M.; ANDERSON, E.R. Marital transitions:

A child's perspective. **American Psychologist**, 44, p. 303–312, 1989.

HETHERINGTON, E. M. An overview of the Virginia longitudinal study of divorce and remarriage with a focus on early adolescence. **Journal of Family Psychology**, v.2, n.1, p.39-56, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil**. Recuperado em junho de 2014, de <http://www.ibge.gov.br>, 2011.

KRÜGER L. L. Mediação do divórcio: Pressupostos teóricos para a prática sistêmica. In ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R.M. (Org.). **Psicologia Jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009.

LAGO, V.M.; FREITAS, A.P.; BANDEIRA, D. R. Implicações da separação conjugal no desenvolvimento dos filhos: uma contribuição da psicologia para os operadores de direito. **Revista da AJURIS**, 114, p. 250-263, 2009.

LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B.; BASTOS, A. Adaptação ao Divórcio e Relações Coparentais: Contributos da Teoria da Vinculação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 3, p. 562-574, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Lei 11.698. D.O.U. DE 16/06/2008, P. 8. Recuperado em Dezembro de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm, 2008.

Lei 13.058. D.O.U. DE 22/12/2014, Recuperado em Fevereiro de 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm, 2014.

MARCONDES, G. S. **Recasamento formal no Brasil: Alguns achados do Registro Civil**. Núcleo de Estudos da População Unicamp, 2008. p. 301-32.

MCINTOSH, Y.; BURKE, S.; DOUR, N.; GRIDLEY, H. Parenting after separation. **Australian Psychological Society Ltd**, p. 2-10, 2009.

MEDEIROS, A.P.; MISHISMA-GOMES; F.K.; SILVA, L.S.; BARBIÉRI, V. “Quem assume a função do pai?”: Discussões sobre a separação conjugal. **Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, 14(1), p. 68-78, 2013.

MENCARINI, L.; MERONI, E.; PRONZATO, C. Leaving Mum Alone? The Effect of Parental Separation on Children's Decisions to Leave Home. **Europe J Population**, 28, p. 337–357, 2012.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORRISON, D. R.; CHERLIN, A. J. The divorce and young children's wellbeing: a prospective analysis. **Journal of Marriage and the Family**, v.57, n.3, p. 800-812, 1995.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORTEGA, A.C. O Desenho da Família como técnica de investigação psicológica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 33 (3), p. 73-81, 1981.

PAPALIA, D.; OLDS, S.W. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre; Artes Médicas, 2000.

PASSOS, M. C. Família e sintoma: pequeno ensaio para desvelar sentidos. In FÉREZ CARNEIRO, T. (Org.), **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001, p.134-143.

PECK, S.P.; MANOCHERIAN, J.R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In B. CARTER; M. MCGOLDRICK, **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001, p. 291-320.

PEREIRA, R. A emenda Constitucional nº 66 /2 01 0: Semelhanças, diferenças e inutilidades entre separação e divórcio – O direito intertemporal. **Revista Magister de direito civil e processual civil**, 37, p. 7-14, 2010.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, Z. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, 29 (4), p. 318-25, 1995.

RAMIRES, V. R. R. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.2, p.183-193, 2004.

ROLLAND, J. Doença Crônica e o Ciclo de Vida Familiar. In **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar**. MCGOLDRICK, M.; CARTER, B., Artes Médicas, 1995, p. 373-392.

RAPOSO, H. S.; FIGUEIREDO, B. F. C.; LAMELA, D. J. P. V.; NUNES-COSTA, R. A.; CASTRO, M. C.; PREGO, J. Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. **Revista de Psiquiatria Clínica**, 38, p. 29-33, 2010.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W R.; DAVIS, C. **Teorias do desenvolvimento. Conceitos fundamentais**. Volume um. São Paulo: EPU, 1981a.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R.; DAVIS, C. **A idade pré-escolar**. Volume três. São Paulo: EPU, 1981b.

SERAFINI, A. J. **Teste das Fábulas: Um estudo com Crianças Abridadas nos acervos da coleção teses e e coletânea da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS**. 2004. 178 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SCHABBEL, C. Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicologia: Teoria e Prática**, 7(1), p.13-20, 2005.

SMYTH, B. Parent-child contact and post-separation parenting arrangements. **Australian Institute of Family Studies**, Resesarch report n.9, 2004.

SOUZA, R.M. “Depois que papai e mamãe se separaram”: um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 16(3), p. 203-211, 2000.

SOUZA, R. M.; RAMIRES, V. R.R. **Amor, casamento, divórcio... E depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus, 2006.

TRINCA, W.; CURY TARDIVO, L.S.L.P. Desenvolvimentos do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E). In CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p.428-238.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis, Vozes, 2003.

USANDIVARAS, C. M. El ciclo del divorcio en la vida familiar. **Revista Sistemas Familiares**, 15, p.15-35, 1996.

WAGNER, A. Possibilidades e Potencialidades da Família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In WAGNER, A. (Org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 23-37.

WAGNER, A., TRONCO, C.; ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea. In WAGNER, A. (Org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 19-33.

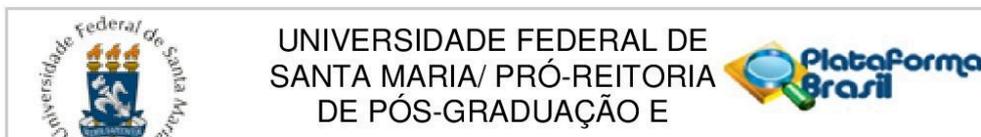
WARPECHOWSKI, A.; MOSMANN, C. A experiência da paternidade frente à separação conjugal: Sentimentos e percepções. **Temas em Psicologia**, 1, p. 247-260, 2012.

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de Maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983. p. 70-78.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

9. ANEXOS

A – Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A criança e as relações parentais no contexto da separação conjugal: Um estudo de caso.

Pesquisador: Caroline Rubin Rossato Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44196615.1.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.074.885

Data da Relatoria: 31/05/2015

Apresentação do Projeto:

A pesquisa apresenta-se como um estudo de caráter exploratório qualitativo, baseando-se na teoria sistêmica. Igualmente, destaca-se o delineamento de estudo de casos, o que possibilita o aprofundamento do fenômeno, uma vez que os recursos utilizados estarão concentrados nos casos apresentados.

Participarão do projeto três crianças de ambos os sexos, com idade entre quatro e seis anos e seus respectivos genitores que vivenciaram a separação conjugal.

Consta que "participarão deste estudo três crianças, de ambos os sexos, com idades entre quatro e seis anos e seus respectivos genitores que vivenciaram a separação conjugal. Os participantes deverão residir no município de Santa Maria/RS e os genitores devem estar separados conjugalmente ou divorciados há no máximo dois anos. Será considerado como critério de inclusão que os genitores estejam separados há no máximo dois anos, pois, segundo Guimarães e Amaral (2009), o processo de adaptação à separação conjugal tem um chamado "tempo fisiológico" de aproximadamente dois anos, no qual a família passa por uma reorganização e precisa ativar seus recursos internos e externos. Nesse período, há a

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi

CEP: 97.105-970

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3220-9362

E-mail: cep.ufsm@gmail.com

necessidade de elaborações emocionais do fim da conjugalidade e maiores exigências quanto às habilidades na execução da parentalidade, portanto, o “divórcio psíquico” é um processo que precisa de tempo. A amostra será constituída de forma intencional ou por conveniência.”

Os participantes serão contatados através de creches e escolas (públicas e privadas) de educação infantil e por meio de indicação. Serão considerados critérios de exclusão neste estudo o fato de as crianças apresentarem transtornos mentais graves, deficiência mental ou auditiva clinicamente reconhecidos, que impeçam a compreensão e a resposta aos instrumentos propostos para a coleta de informações.

Consta do projeto cronograma e roteiros das entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: investigar a compreensão e as fantasias das crianças acerca da separação conjugal de seus genitores, contextualizando-as nas relações parentais estabelecidas.

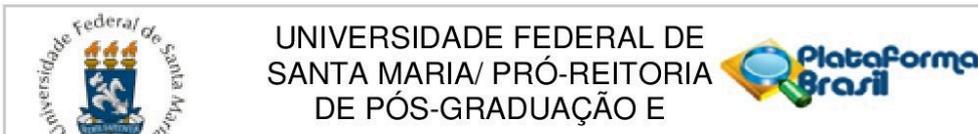
Objetivos específicos:

- Compreender os sentimentos e as fantasias da criança em relação à separação conjugal de seus genitores;
- Elucidar as relações parentais no contexto do divórcio contextualizando-as com a compreensão e as fantasias das crianças acerca do divórcio.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

NO TCLE consta a seguinte descrição de riscos: "Em relação aos riscos provenientes da situação de pesquisa, estes não são maiores ou distintos dos que os advindos de uma conversa informal. Contudo, caso durante a realização da entrevista sejam identificadas situações de desconforto acerca de algum aspecto abordado, a pesquisadora se responsabilizará por avaliar a situação e poderá suspendê-la. Além disso, nesses casos, a pesquisadora realizará entrevistas subsequentes a fim de que se possa minimizar o foco de sofrimento. Caso o desconforto permaneça, poderá ser realizado encaminhamento a um serviço de psicologia, tanto os genitores quanto a criança, na Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP) da Universidade Federal de Santa Maria/RS."

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.074.885

Em relação aos benefícios consta que "Embora não existam benefícios diretos de sua participação nesta pesquisa, considera-se a entrevista como um espaço para falar sobre a experiência referente à separação conjugal com filhos a um ouvinte interessado, podendo tornar-se um espaço de reflexão. Além disso, você e seu filho estarão contribuindo com dados relevantes para a efetivação do presente estudo, colaborando para a construção do conhecimento."

Esta descrição pode ser considerada suficiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados de modo suficiente.

Recomendações:

Veja no site do CEP - <http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep> - na aba "orientações gerais", modelos e orientações para apresentação dos documentos. Acompanhe as orientações disponíveis, evite pendências e agilize a tramitação do seu projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

.

Situação do Parecer:

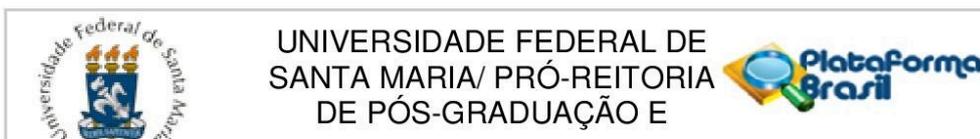
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.074.885

SANTA MARIA, 22 de Maio de 2015

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
(Coordenador)

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

10. APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista de Dados Sociodemográficos

Eu gostaria de algumas informações sobre você e sua família:

Nome:.....

- Data de nascimento:..... Idade:.....

- Escolaridade:

- Religião:..... Praticante: () sim () às vezes () não

- Estado Civil: () solteiro(a) () casado(a) () separado(a) () viúvo(a) () com
companheiro(a)

Por quanto tempo permaneceram casados (ou vivendo juntos)?.....

-Data da separação conjugal:.....

-Caso tenha outro relacionamento conjugal, qual a data de início desse
relacionamento:.....

- Quantos filhos têm?.....

-Data de nascimento do(s) filho(s):.....

.....

- Trabalha? () sim () não

- Caso trabalhe, o que você faz/fazia?..... Horas/semana:.....

- Renda familiar?

- Autodeclaração de grupo étnico: ()branco () preto () pardo () outro

- Com quem você mora?

Nome	Parentesco	Idade	Ocupação

Endereço para contato:

.....

Cidade:..... CEP

Telefone:.....

Pesquisador:.....

Local:.....

Data:...../...../.....

APÊNDICE B – Entrevista sobre a Separação Conjugal e os Filhos

Gostaria que você me contasse um pouco da história do(a).....(filho(a)).

O que você lembra da época em que ele (a) nasceu?

Houve algum evento mais marcante na vida do(a).....? Você lembra como ele lidou com esta situação?

Como você descreveria o jeito do(a).....? Sempre foi assim?

Gostaria que você me contasse como foi a separação?

Como que você acha que o lidou com a separação? E hoje, como ele está?

Alguma coisa parece ser mais difícil para ele? E alguma coisa parece agradar ele?

O que você acha que ele entende da separação? Tem algumas coisas que você acha que ele não compreende ainda?

Como vocês lidaram com o(a).....durante a separação?

Houve algum momento em que foi conversado com o(a)..... sobre a separação?

Houve algum acordo com relação ao convívio do genitor com o filho(a)?

Gostaria que você me falasse sobre as relações entre vocês.

Como é a sua relação com o(a).....(filho)? Você percebeu alguma mudança na relação depois da separação? Como que foi isso para você?

Como é a relação do(a) filho(a) com o pai/mãe (ex-cônjuge) dele? Você percebeu alguma mudança na relação depois da separação? Como que foi isso para você?

Como é a rotina do(a)..... hoje? Houve alguma mudança desde a separação?

A sua relação com o(a).....(ex-cônjuge), como ficou após a separação?

Como está a vida de vocês (genitor e filho(a)) atualmente?

Houveram alterações nas questões financeiras da família após a separação?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Estamos realizando uma pesquisa denominada “**A criança e as relações parentais no contexto da separação conjugal: um estudo de caso**” Para isso, solicitamos sua colaboração voluntária e seu consentimento para que você e seu filho participem desta pesquisa.

Serão realizadas entrevistas individuais com você e seu ex-cônjuge e a aplicação de técnicas projetivas e de desenho com as crianças participantes. Para melhor registro dos dados, as entrevistas serão gravadas, se isso for de sua concordância. Salientamos que será mantido o seu anonimato, assim como de seu filho, ou seja, os dados que pudessem vir a identificá-lo serão mudados por códigos e todas as gravações serão apagadas após a transcrição, ficando aos cuidados da equipe da pesquisa. As entrevistas serão realizadas nas dependências da escola ou da UFSM.

Em relação aos riscos provenientes da situação de pesquisa, estes não são maiores ou distintos dos que os advindos de uma conversa informal. Contudo, caso durante a realização da entrevista sejam identificadas situações de desconforto acerca de algum aspecto abordado, a pesquisadora se responsabilizará por avaliar a situação e poderá suspendê-la. Além disso, nesses casos, a pesquisadora realizará entrevistas subsequentes a fim de que se possa minimizar o foco de sofrimento. Caso o desconforto permaneça, poderá ser realizado encaminhamento a um serviço de psicologia, tanto os genitores quanto a criança, na Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP) da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Embora não existam benefícios diretos de sua participação nesta pesquisa, considera-se a entrevista como um espaço para falar sobre a experiência referente à separação conjugal com filhos a um ouvinte interessado, podendo tornar-se um espaço de reflexão. Além disso, você e seu filho estarão contribuindo com dados relevantes para a efetivação do presente estudo, colaborando para a construção do conhecimento.

Sempre que achar necessário, você poderá solicitar esclarecimentos sobre aspectos da pesquisa, sendo também possível desistir de sua participação em qualquer etapa do trabalho, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Este documento será assinado em duas vias, uma permanecerá com você e a outra ficará com os pesquisadores.

Assinatura: _____ Santa Maria ___/___/___

Nome do participante: _____

Pesquisador: _____

Profa. Dra. Caroline Rubin Rossato Pereira
Pesquisadora responsável

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM. Av. Roraima, nº1000. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS.
Tel.: (55) 3220-9362. E-mail: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep

Pesquisadora responsável: Profa. Caroline Rubin Rossato Pereira. Universidade Federal de
Santa Maria, Depto. Psicologia Avenida Roraima, N°1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi,
Cep: 97105-900. Santa Maria – RS. E-mail: carolinerrp@ufsm.br

APÊNDICE D – Termo de Assentimento - Crianças

**TERMO DE ASSENTIMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

Estamos realizando uma pesquisa chamada **“A criança e as relações parentais no contexto da separação conjugal: um estudo de caso”** através da qual buscaremos compreender de que forma você percebe o a separação de seus pais e o que pensa desta situação. Para isso, solicitamos sua colaboração voluntária e seu assentimento para participar desta pesquisa.

Serão realizados momentos de conversa envolvendo uma atividade de contar histórias e a produção de desenhos com você. Para melhor registro dos dados, essas atividades serão gravadas, se você concordar. Lembramos que será mantido o seu anonimato, ou seja, os dados que pudessem vir a identificá-lo serão mudados por códigos e todas as gravações serão apagadas após da pesquisa terminada, ficando aos cuidados da equipe da pesquisa. As entrevistas serão realizadas em uma sala da sua escola ou da Universidade, como for de sua preferência, em horário a ser combinado de acordo com sua disponibilidade.

Em relação aos riscos dessa pesquisa, estes não são maiores ou diferentes dos de uma conversa do dia a dia. Contudo, caso durante a realização da pesquisa se perceba situações de desconforto por algum aspecto abordado, a pesquisadora se responsabilizará por avaliar a situação e poderá pará-la. Além disso, nesses casos, a pesquisadora realizará outros encontros a fim de que se possa minimizar o foco de sofrimento. Caso o desconforto permaneça, poderá ser realizado seu encaminhamento para uma pessoa da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP) da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Embora não existam benefícios diretos de sua participação nesta pesquisa, considera-se a entrevista como um espaço para falar sobre a experiência referente à separação de seus pais a uma pessoa interessada, podendo tornar-se um espaço de reflexão. Além disso, você estará contribuindo com dados relevantes para a efetivação do presente estudo, colaborando para a construção do conhecimento.

Sempre que achar necessário, você poderá pedir esclarecimentos sobre aspectos da pesquisa, sendo também possível desistir de sua participação em qualquer etapa do trabalho, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Este documento será assinado em duas vias, uma permanecerá com você e a outra ficará com os pesquisadores.

Participante: _____

Assinatura _____

Santa Maria, ____ / ____ / _____

Pesquisador: _____

Profa. Dra. Caroline Rubin Rossato Pereira
Pesquisadora responsável

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM. Av. Roraima, nº1000. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS.
Tel.: (55) 3220-9362. E-mail: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep
Pesquisadora responsável: Profa. Caroline Rubin Rossato Pereira. Universidade Federal de Santa
Maria, Depto. Psicologia. Avenida Roraima, Nº1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi,

Cep: 97105-900. Santa Maria – RS. Tel.: (55) 3220-9231. E-mail: carolinerrp@ufsm.br

APÊNDICE E – Termo de Confidencialidade

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Pesquisa: “A criança e as relações parentais no contexto da separação conjugal: um estudo de caso”

Pesquisador responsável: Prof^a Dr^a Caroline Rubin Rossato Pereira

Instituição/Departamento: UFSM/Psicologia

Telefone para contato:

Local da coleta de dados: Rua Marechal Floriano Peixoto, 1124, sala 503.

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes, cujos dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas e de técnicas projetivas as quais serão gravadas em áudio. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução desta pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1750, 3º andar, CEP 97105-372, Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof.(a) Pesquisador (a) Caroline Rubin Rossato Pereira. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em/...../....., com o número do CAAE

Santa Maria, ___ de _____ de 2014.

Caroline Rubin Rossato Pereira
Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM

Caroline de Abreu Prola Fritsch
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM